

# Trabalho e sistemas políticos

PAULO DE FIGUEIREDO  
Consultor-Geral do Senado

## SUMÁRIO

Trabalho e vida — Trabalhador não é só o trabalhador "direto" — O trabalho não é um fim — Dividir o trabalho é dividir o homem — Desvirtuamento do trabalho na liberal democracia e nos regimes totalitários — Questão social, a grande questão — O trabalhador está acima das classes — O trabalho na democracia cristã — O Estado e o problema do trabalho — Política e moral — A meta é o homem — O trabalho é um traço de união — Classes, um imperativo da realidade — A economia é uma ciência moral — O Estado como instrumento de construção nacional dos povos — Capital e trabalho — Política e filosofia — O caminho a seguir.

## TRABALHO E VIDA

Ganharás o teu pão com o suor do teu rosto, dizem os textos bíblicos. Trabalhando. O trabalho é, assim, um ato necessário à sobrevivência do homem. Mas não é só. Porque o homem não é apenas o estômago. Mesmo de estômago cheio o homem precisa trabalhar. O trabalho é, também, um ato de **realização** do homem. Este cria riquezas e delas se serve, pelo trabalho. E também se recria no trabalho, se **faz** nele, **crece** nele.

O homem sempre trabalhou. Desde o começo dos tempos. Caçando. Pescando. Investigando. Construindo choças. Plantando. Colhendo. Fazendo adornos. Pintando. Mas só o **quanto e enquanto** necessário à vida. E a vida não é só trabalho. É lazer, também. É, também, contemplação. E trabalho não é somente enxada, picareta. É também pesquisa, é laboratório, é livro.

O trabalho, servindo ao homem, serve à vida. É o meio pelo qual se desenvolvem os indivíduos, os grupos, as sociedades. Tudo que se produz pelo trabalho serve à vida: à vida vegetativa e à vida espiritual, às construções materiais e às edificações do espírito, ao corpo e à alma.

Não há vida sem trabalho, nem há trabalho onde não há vida. Trabalha-se para viver. Ora, a vida não se reduz a simples expressões vegetativas. É algo de grandioso. Transborda da materialidade. É também sentimento, inteligência, espírito. Tem, assim, uma infinidade de escalas. Por isso, sendo o trabalho um meio de vida, trabalha-se para viver plenamente. Em todos os aspectos. Logo, para a satisfação de necessidades materiais, sociais e espirituais. Busca-se assim, por ele, a conquista de bens de toda espécie. Ele é, portanto, um instrumento que o homem usa em todos os planos de atividade. Seguindo o exemplo de Cristo, que tanto trabalhava em seu ofício de carpinteiro como na pregação aos povos, atendendo ora às necessidades materiais, ora às necessidades espirituais da vida.

Servindo à vida, o trabalho serve ao homem. É, mesmo, um processo de **realização** do homem. Um meio. Colocá-lo como fim é inverter a ordem natural das coisas. Se o trabalho fosse um fim, as crianças, os velhos e os inválidos não teriam razão de viver. Pelo trabalho o homem se busca em sua plenitude, porque na satisfação de suas necessidades orgânicas, intelectuais e espirituais. Alceu Amoroso Lima <sup>(1)</sup>, versando esse tema, assim falou:

“O homem trabalha para viver. O homem não vive para trabalhar. É uma conclusão a que nos leva a observação mais empírica e mais geral do funcionamento da natureza humana. O trabalho está, pois, na dependência natural da vida. O trabalho integra-se naturalmente entre as funções vitais do homem. O trabalho existe naturalmente para a vida. Este é o seu termo natural. Sua medida. Não é o trabalho que mede a vida. Esta é que mede aquele, gradua-lhe a atividade, justifica a sua razão de ser e traça-lhe as finalidades imediatas ou remotas. A vida é, pois, o fundamento do trabalho. O homem trabalha porque vive. A vida é a condição de seu trabalho. É para viver, para viver melhor, com mais abundância, com mais riqueza, com mais beleza, com mais virtude, de modo mais perfeito, enfim, que o homem trabalha. Logo, o trabalho é um meio e não um fim. Como tal deve ser sempre considerado e toda inversão nessa ordem do seu valor, sendo contrária ao que a observação mais objetiva nos revela de sua natureza, seria um erro e logo um mal.”

Esse conceito, real, profundo e amplo do trabalho, foi distorcido pelo materialismo histórico em consequência da desumanização do homem, levada a efeito por essa filosofia.

O ateísmo limitou o homem a uma simples expressão material. Fez dele um mero indivíduo. Uma **coisa**. Assim entendido, o homem foi mutilado, diminuído, inferiorizado.

O homem é pessoa. Não se esgota como indivíduo. Como pessoa é o centro do mundo, mas tem a Deus como o seu próprio centro. Porque foi feito à imagem e à semelhança de Deus. Este é, assim, o seu caminho. O caminho da perfeição a que todos aspiram.

(1) Alceu Amoroso Lima — O Problema do Trabalho — Livraria Agir — Rio, 1947.

O marxismo, materialista e ateu, negando a Deus e endeusando o indivíduo, desfigurou o homem, e, pondo no trabalho um fim, acabou por fazer do homem uma simples máquina de produção.

Em vez do trabalho servir à vida, a vida passou a servir ao trabalho. Este virou meta. Um Deus. Um mito.

Isso explica, ao mesmo tempo, a redução do trabalho à sua forma manual e a divinização do proletariado, dedicado este a esse tipo de trabalho e posto, assim, como entidade mística, destinada a “salvar” a humanidade...

Deixando de ser um meio e se transformando em um fim, o trabalho perde, pois, a sua qualidade de ato criador de valores, expressão do próprio homem, para se converter em um mito. Adquire um valor absoluto. Falso, porém, como o valor de todo mito. E, servindo a esse mito, os homens decaíram de sua dignidade de pessoa. Inclusive, é claro — e **como homens** — os trabalhadores. Donde a sua desumanização. Pretendendo substituir a Deus, o homem acabou sendo substituído pela máquina. O mito do trabalho foi a negação do próprio trabalhador. Mitificado, perdeu seu caráter humano, porque foi endeusado. Ouçamos novamente a voz autorizada de Alceu Amoroso Lima (2):

“A mística do trabalho, nessa concepção dialética, vem substituir o sentimento de devoção e de amor a Deus. Pode não ser a posição assim formulada expressamente. Ou o será por outras palavras. Mas a importância que Marx ligava ao ateísmo, como elemento condicionador da supremacia do proletariado, é bem a prova de que essa proletarização é concebida como uma substituição à concepção teocêntrica do mundo. O trabalho, nessa concepção dialética, passa a ser o ídolo do homem. Como o destino de toda evolução social. Nenhum direito fora do trabalho. Nenhum direito contra o trabalho. Nenhum direito acima do trabalho. Deste deriva todo o bem e todo o mal, pois é o critério final dos valores. O que for pelo trabalho é o bem. O que for contra o trabalho é o mal. O monismo trabalhista é a filosofia da vida dessa proletarização integral da sociedade.”

#### TRABALHADOR NÃO É SÓ O TRABALHADOR “DIRETO”

Ora, o trabalho não é isso. Trabalhador não é só o proletário. Não é só o trabalho manual que existe. A rigor, nem mesmo existe trabalho puramente manual, no sentido de atividade exclusivamente material. Isso porque, por mais simples que seja a atividade obreira, a mão não se move por si, mas obedecendo ao cérebro. Do mesmo modo, a máquina só funciona quando acionada pelo homem.

“Realmente — comenta Antônio Osmar Gomes (3) — os progressos da civilização estão na razão direta dos progressos do traba-

(2) Alceu Amoroso Lima — ob. cit.

(3) Antônio Osmar Gomes — *Compreensão de Humanismo* — Zahar Editora — Rio, 1942.

lho, isto é, dos progressos da técnica, cujo imediato agente é a mão. Mas essa civilização, assim, do domínio do mundo pelo homem, através do trabalho, será impossível se à mão não se aliar o cérebro. O homem da civilização pelo progresso, em virtude do trabalho, há de ser o homem da mão e do cérebro, sem o que não haverá civilização capaz, civilização legitimamente ordenada.”

O trabalho não é, pois, privilégio do proletariado. Trabalham os patrões, os comerciantes, os industriais, os fazendeiros, os advogados, os economistas, os sociólogos, os médicos, os engenheiros, os professores, os dentistas, os servidores civis e militares, os missionários, os escritores. Apenas **trabalham de modos diferentes**, em atividades diferentes, em diferentes áreas. **Mesmo entre os operários** há uma variação enorme em suas atividades: há o comerciário, o industriário, o agricultor, o bombeiro, o carpinteiro, o eletricitista, o motorista, o boiadeiro, o foguista, o estivador, o metalúrgico, o artesão. E assim por diante.

O marxismo restringe o trabalho ao exercício meramente mecânico da atividade humana. É um erro. E a culpa dessa distorção está na própria filosofia que moldou as sociedades capitalistas clássicas, nas quais o capital é privilégio de poucos e o trabalho um “ônus” para os assalariados. Pois nesse capitalismo as relações entre empregadores e empregados são postas em termos de lucro. Donde usarem os capitalistas o capital como um instrumento de exploração do trabalho, o manual e o intelectual. Tanto é explorado, no sistema, o porteiro, o motorista, o empregado na fábrica ou na loja, como o engenheiro, o advogado ou o médico da empresa capitalista. Vive-se, assim, do trabalho alheio. Como nas antigas civilizações pagãs, onde somente os escravos trabalhavam. Daí a confusão de valores. Daí a identificação do trabalho com o trabalhador manual.

O capitalismo, desvirtuando o sentido do trabalho, desumanizou a sociedade. Porque o trabalho é o homem. Mas o capitalismo situou os bens materiais como o alvo supremo dos homens. Tanto quanto o marxismo. O valor do homem passou a ser medido pelo valor de sua produção material. O trabalho constituiu-se mera busca de riqueza e não um ato de **presença** do homem na sociedade.

Sem um fim alto a atingir, desligado de Deus, alienado de sua condição de pessoa, o homem criado no ambiente liberal clássico, hipertrofiado como indivíduo, materializado, chafurdou no egoísmo. O mundo se dividiu em exploradores e explorados. Donde a desvalorização do trabalho, no sistema capitalista, do que se aproveitaram os comunistas para substituir, pelo do “proletariado”, o mundo da “burguesia”. Alceu Amoroso Lima <sup>(4)</sup> viu claro a questão:

“O capital ficou ligado ao ócio e ao privilégio, e foi pouco a pouco absorvido pela classe burguesa. O trabalho ficou entregue ao proletariado, que pouco a pouco se confundiu com ele. Processava-se assim a descristianização do conceito de trabalho.

(4) Alceu Amoroso Lima — ob. cit.

Segundo a concepção cristã o trabalho é um valor distribuído por toda a sociedade.

Varia apenas em suas espécies, todas elas iguais em direitos e proporcionalmente complementares no todo social. O erro fatal do capitalismo, ao apoderar-se da riqueza material da sociedade, foi desdenhar o trabalho que não se convertesse em capital, isto é, desprezar o trabalho sem êxito, absorvido todo pela manutenção do casal e de sua prole e sem permitir acumulação de economias. Com isso estimulou a concentração de trabalho numa classe só: a classe dos proletários.”

Ora, o homem só é realmente homem, seja operário ou patrão, camponês ou industrial, profissional liberal ou comerciante, artista ou cientista, clérigo ou militar, quando trabalha. Quando se dedica a uma atividade criadora. Só assim se realiza. Só desse modo colabora na “construção” da sociedade a que pertence.

Cada homem é um só e ele só. Seja qual for a sua profissão. Seja qual for a sua classe. E, dentro dessas classes, até mesmo dessas profissões, diversificam-se as suas atividades, os tipos de tarefa que desempenham. É enorme a diferença entre o trabalho de um fazendeiro e o de um industrial; de um empregado numa fazenda de café e de um empregado numa fábrica de automóveis; entre um mineiro e um trabalhador em construção naval; entre um piloto de avião e um garimpeiro; entre um pedreiro e um electricista; entre um cardiologista e um neurologista; entre um seringalista e um plantador de algodão; entre um vigia de edifício e um motorista; entre uma enfermeira e uma telefonista; entre um criminalista e um constitucionalista; entre um general, um brigadeiro e um almirante; entre um paraquedista e um escafandrista. O único traço comum a esses homens, em suas variadas atividades, é o trabalho. Ou melhor: a sua condição humana, a que o trabalho é inerente.

Assim, o que distingue o homem, no trabalho, não é o trabalho em si, mas a maneira como o exerce. A beca, a farda, a batina, o macacão e o avental não alteram a natureza do trabalhador. Do homem. Que, em qualquer espécie de trabalho, se realiza. Vive. Respondendo a apelos vocacionais. Tentando o seu aperfeiçoamento. Contribuindo para o progresso social:

“O trabalho é uma atividade operativa. Como tal faz parte integrante de toda personalidade humana. Agora, como cada pessoa é diferente e os homens variam por temperamento, por vocação, por preferências, essa atividade operativa, característica de todo homem e de todo o homem, pode assumir aspectos vários, que procuramos reduzir a três maiores, subdivisíveis por sua vez em infinitas graduações profissionais. Há tantas profissões no mundo quantos homens. Embora possamos classificá-las por caracteres afins. Mas todas, por sua vez, se vão integrar em classes sociais ou em categorias filosóficas que procuramos reduzir apenas a três: o trabalho prudencial, o trabalho intelectual e o trabalho

técnico: o do homem de ação, o do artista e o do operário" (Alceu Amoroso Lima) (5).

Observe-se de passagem que nos tempos atuais, era da máquina, a conceituação marxista do trabalho perdeu muito em substância. O "trabalho manual", antes tão idolatrado, teve diminuído bastante o seu teor político. Porque a máquina "substitui" cada vez mais o trabalhador. A máquina "faz" estradas, "tira" leite, aduba, dedetiza, abre túneis, derruba montanhas, semeia, transforma matérias-primas. "constrói". É a "mão" do trabalhador. Onde, pois, o "trabalhador manual"?

Aliás, não só em relação ao proletariado se deu essa substituição das mãos pela máquina. Também nas chamadas classes superiores verificou-se essa mudança, não já das mãos, apenas, mas até do "cérebro", pela máquina. Pois aí estão os computadores "fornecendo" dados, "fazendo" cálculos, pesquisas, previsões. . .

Em verdade, o processo laborista moderno mudou muito. Os homens trabalham de outra maneira. Usando, como mãos e até como cérebro, as máquinas que eles mesmos inventaram.

Isso tudo mostra a necessidade de não mais se restringir o conceito do trabalho à estrita acepção dos marxistas:

"En efecto, los fenómenos del trabajo en las sociedades contemporaneas no son todos, ni con mucho, asimilables a los comportamientos del **Homo faber**", observa Georges Friedmann (6), e acrescenta: "Las actividades del hombre no son necesariamente rurales o industriales. No consisten exclusivamente en actividades de **transformación**."

Tudo isso mostra que o trabalho serve a um fim, mas não é um fim. É um meio. O fim é a **realização** do homem. Que não apenas cria, mas **recria** e se recria e se **aperfeiçoa** através do seu trabalho e do trabalho dos seus semelhantes. O professor escreve livros, mas não os edita, e o linotipista, que compõe os livros, não os escreve, mas deles precisa, para si e seus filhos. O médico não fabrica os instrumentos cirúrgicos que utiliza nem os remédios que receita, mas os fabricantes dos instrumentos e das drogas precisam dos médicos quando estão doentes. Os fabricantes de calçados alimentam-se com os produtos cultivados pelos agricultores, que usam os sapatos que aqueles fabricam.

É claro que todos os trabalhadores se diversificam em suas tarefas, formando grupos e classes. Mas todos precisam de todos. E todos se confundem no trabalho, como seres humanos em suas atividades criadoras. O trabalho não pode, pois, ser considerado um fator de separação entre eles, e, sim, um elemento de união e de integração. Os homens, os grupos e as classes, **principalmente** porque se dedicando a atividades diferentes e produzindo coisas e serviços diferentes, carecem de aproximação, com-

(5) Alceu Amoroso Lima — ob. cit.

(6) Georges Friedmann — "Introducción y Metodología", in *Tratado de Sociología del Trabajo* — Fondo de Cultura Económica — México, Buenos Aires — Traducción de Julieta Campos — 1963.

plementação, harmonia, e não de luta. Porque todos, de todas as classes, buscam, afinal, o bem comum, em que está contido o bem de cada um.

Já aqui, um novo elemento deve, no caso, ser devidamente considerado: as realidades nacionais. Realidades geográficas, étnicas, econômicas e sociais. Realidades históricas. Realidades culturais. A organização política de cada nação está condicionada a essas realidades. Logo, conseqüentemente, a elas se vincula, mas, atividades laboristas, delas recebendo influência. Porque se trabalha com o instrumental que se possui, com a tecnologia que se conhece, com os recursos de que se dispõe, no ambiente em que se vive e num tempo determinado. O trabalho se exercita, dessarte, em função de uma tecnologia, de um capital, de uma economia, de uma dada situação histórica. É, assim, sempre, um meio de se atingir a um fim. A um fim pessoal (a realização do homem) e a um fim social (a realização nacional). Sempre, porém, um fim humano, e, por humano, sujeito às circunstâncias geradas por aquelas realidades:

“Si el trabajo supone una finalidad, no puede ser considerado sin embargo como un fin en sí, como observa Max Scheler, que lo calificaba de **indiferente y ciego**. No hay finalidad universal en el trabajo que pueda firmarse en abstracto y es perder el tiempo pretender filosofar sobre el trabajo separandolo de los grupos sociales, étnicos, de los contextos culturales donde se efectúa”, registra Georges Friedmann (7).

De qualquer modo, seja onde for e em que tempo for, o trabalho tem um conteúdo ético irreversível, assim indicado por Santo Tomás de Aquino (8):

“Opus manuale ordinatur ad otium tollendum, ad concupiscentiae refraenationem, ad eleemosynas faciendas.”

Não se deve, por isso, opor um trabalhador a outro trabalhador. Uma classe a outra classe. Quando os comunistas pedem aos operários de todo o mundo que se unam, seu pensamento está voltado somente para os trabalhadores “diretos”. A proclamação equivale a uma declaração de guerra. Excluem-se do apelo os outros trabalhadores. Como se somente na classe do proletariado se trabalhasse, se produzisse, se criasse, não passando de “parasitas”, “inimigos”, burgueses, os trabalhadores “indiretos”...

Ora, isso é a negação do próprio trabalhador. Pois não trabalham menos que os das cidades os trabalhadores dos campos, dos mares, das minas. Nem os que labutam fora das fábricas e das oficinas, como os motoristas, os porteiros, os vigias, os empregados em lojas. Nem os professores, os médicos, os engenheiros, os economistas, os advogados, os sociólogos, os militares, os missionários.

Medir os homens por suas atividades é ofender o trabalho em sua dignidade. Pois todos os homens, por serem homens, hão de trabalhar. E se irmanam, se igualam e se afirmam nessa condição de trabalhador. O

(7) Georges Friedmann — ob. cit.

(8) Citado por Leonel Franca in **A Crise do Mundo Moderno** — Livraria José Olímpio — Rio, 1942.

trabalho é, assim, um denominador comum às atividades de todos os homens, que através delas, não só garantem a sua subsistência e a de suas famílias, como se buscam em suas diferentes vocações, **realizando-se**.

Entre nós, o presidente Vargas <sup>(9)</sup> demonstrava entender essa verdade, quando, dirigindo-se aos trabalhadores, assim falava:

“Não distingo, na valorização do esforço construtivo, o operário fabril do técnico de direção, do engenheiro especializado, do médico, do advogado, do industrial ou do agricultor. O salário, ou outra forma de remuneração não constitui mais do que um meio próprio a um fim, e esse fim é, objetivamente, a criação da riqueza nacional e o surto de maiores possibilidades à nossa civilização.”

Dividir o trabalho é, portanto, dividir o próprio homem.

Aliás, a realidade termina por vencer sempre as construções artificiais que dela se afastam, por mais engenhosas que sejam. Assim, os marxistas são desmentidos a cada passo, os fatos se vingando de suas teorias. É o que mostra Louis de Launay <sup>(10)</sup>:

“Opõe-se o **trabalhador** ao burguês, ou melhor, o trabalhador manual das cidades a todos os outros elementos ativos da nação. É apenas o operário das cidades que pretende constituir um corpo privilegiado, senhor de fabricar as leis e isento de sua aplicação. E este mesmo operário, quando sai de sua oficina, veste-se como um burguês, adota os mesmos prazeres que um burguês, e gasta muitas vezes mais dinheiro com eles; amanhã será patrão e o seu filho engenheiro, empregado, funcionário, ao passo que muito burguês desce e regressa à oficina.”

É preciso que os trabalhadores, pertençam a que categoria for, não esqueçam a sua condição de homens e, como homens, procurem a sua felicidade acima das profissões, dos grupos e das classes. E é o trabalho a arma que eles têm para desbravar a **selva selvagem** da vida, a fim de chegarem à meta colimada. Porque é no trabalho que sentimos que todos precisam de todos: o homem que trabalha no campo, do homem que trabalha na cidade; o homem que trabalha no comércio, do homem que trabalha na indústria; o homem que trabalha nos laboratórios e nos gabinetes, do homem que trabalha nas minas, nos mares, nas oficinas; o homem professor, do homem aluno; o homem militar, do homem civil. E vice-versa. Como viu, com elevação e profundidade, Antônio Osmar Gomes <sup>(11)</sup>:

“Encarado sob o seu verdadeiro prisma humanista, cristão, o trabalho possui uma dignidade e um valor específicos. É um ato criador, que redundando em alegria espiritual, diante da plenitude da coisa criada. No trabalho, assim, é que o homem se eleva, pela

(9) Getúlio Vargas — “Discurso aos Trabalhadores”, em 1.º de maio de 1940 — Publicado em *Cultura Política* — DIP — Rio.

(10) Louis de Launay — *O Fim dum Mundo e o Mundo Novo* — Saraiva e Cia. Editores — Trad. de José Barbosa — São Paulo, Brasil, 1939.

(11) Antônio Osmar Gomes — ob. cit.

liberdade plena de criar valores e de realizar, entre os homens, na sociedade, a sua missão de ser homem, isto é, de ser homem completo.

Nisso está uma das mais profundas divergências entre a concepção cristã do valor do trabalho humano e a concepção marxista também do valor do trabalho humano. O cristão vê no trabalho e tem no esforço produtivo do trabalho um fim mais espiritualista do que materialista. O cristão concentra no esforço do trabalho todas as suas grandes virtudes para uma realidade acima de todas as realidades imediatas da vida social — a realidade do bem comum. Esse é o sentido humanista, legítimo, do trabalho, na dignificação que lhe dá o Cristianismo, considerando o trabalho como sendo um meio de aperfeiçoamento espiritual da pessoa, e não como um fim prático de exclusivo benefício individual. Para o marxista o fim do trabalho está no imediatismo do próprio trabalho, na realidade presente do seu valor econômico. Para o marxista não há outros valores que possam superar este valor positivo da economia. O marxista toma o trabalho com as mãos; não o alcança com o espírito. Tem do trabalho a noção simplista do que o trabalho é, sob o ponto de vista exclusivamente material. Essa é também a noção fascista do trabalho, pois, nesse particular, os dois extremos, tão profundamente antagônicos, se tocam, sem se hostilizarem. As coletividades trabalhistas, de um e do outro lado, identificam-se, perfeitamente, pela absorção que em ambas se promove da dignidade e da liberdade vocacionais da pessoa humana, imolada nos altares dos mais extravagantes ídolos pagãos, velhos ídolos, quase todos revividos, perversamente, na hora que vivemos, de universais confusões.”

O trabalho transcende dos espaços onde se executa. Não vale mais nem menos por ser exercido nos escritórios, nos quartéis, nos templos, nas fábricas, nas minas, no mar, no ar ou no campo. Vale por si e em si. Por seu cunho humano. Que faz dele um ato criador. O animal não trabalha, por isso não cria. Trabalho é criação. Variação. Só o homem trabalha, só ele diversifica suas atividades. Assim, o trabalho tem uma dignidade própria. Um valor intrínseco: o seu teor humano. O homem só se afirma pelo trabalho. O seu trabalho. Criando e se recriando. A sociedade, organização de homens, é construída pelo trabalho variado de todos os homens.

Não pode, pois, o trabalho ser entendido como instrumento de luta de classes, e, sim, de harmonia entre as classes. Não pode ser tido como fator de distanciamento de interesses, mas de conciliação de interesses. Os homens, iguais em sua natureza, são desiguais em suas vocações, em suas aptidões, em suas aspirações. O trabalho, ato criador de valores e de realização individual e pessoal dos homens, é sempre o mesmo, em essência, porém se diferencia e se pluraliza em atividades adequadas às habilidades, à competência, ao gosto e às idéias dos homens. Entretanto, assim como todos os homens se confundem no homem, todos os tipos de trabalho se confundem no trabalho.

Essa compreensão do trabalho liga-se, é evidente, à filosofia cristã, que vê no ser humano uma pessoa e tem do homem e do universo uma visão global, integral e solidária. Donde se conclui que só é possível entender-se assim o trabalho numa sociedade em que assim se conceitue o homem.

O trabalho é, sem dúvida, um ato terreno, concreto, de afirmação existencial do homem. Vincula-se, por conseguinte, a todo o processo social, o em que os homens se organizam em sua vida coletiva. Daí as repercussões políticas da organização do trabalho. Porque, sendo a política a ciência do Estado e o Estado o instrumento de realização das sociedades nacionais, o trabalho, ato pelo qual os homens se “constroem” como indivíduos e como povo, será melhor ou mais mal organizado, isto é, mais humana ou menos humanamente estruturado, conforme o regime político vigente.

### DESVIRTUAMENTO DO TRABALHO NA LIBERAL DEMOCRACIA E NOS REGIMES TOTALITÁRIOS

Assim entendidas as coisas, fácil será convencer-mo-nos de que só se redimirá o trabalho dos vícios que o maculam atualmente se conseguirmos nos desligar, para sempre, do liberalismo clássico e dos sistemas políticos totalitários, nos quais se tem do homem uma visão deformada, desta decorrendo uma estruturação defeituosa do sistema social do trabalho.

Condição, portanto, para o advento de uma nova era social, mais justa e mais humana, é a superação definitiva da liberal-democracia e dos regimes, ainda, social e econômica.

A redenção do trabalho está vinculada à implantação da democracia verdadeira. Da democracia integral. Da democracia cristã, que é política, mas, ainda, social e econômica.

Nessa democracia o trabalho é uma atividade harmoniosa, integradora, totalitária. Nela, o homem se busca pelo trabalho, se constrói pelo trabalho. Tentando o absoluto, Deus.

Na democracia informada pelo cristianismo o trabalhador não se divide em operário e patrão, em comerciante e industrial, homem e mulher, civil e militar, urbano e rural. O que pesa, nela, em qualquer atividade, é o homem, criando riquezas, se procurando a si mesmo, se renovando, se **fazendo** nas coisas que faz.

Os diversos tipos de trabalho se reclamam, se entrosam, se completam. No ar, na terra, no mar, nas minas, nas fábricas, nos escritórios, nos quartéis, nas lojas, nas igrejas, nos hospitais, em toda parte, as atividades humanas se interligam, se entrelaçam, se confundem, compondo interesses, necessidades e objetivos, com vistas ao bem comum. Porque o trabalho, numa democracia cristã, está selado pela marca criadora de uma vontade que visa ao aperfeiçoamento do homem e da sociedade. Nela se compreen-

deu essa grande verdade, simples mas tão esquecida, que Joaquim Pimenta (12) evoca:

“É pelo trabalho que os indivíduos sentem mais vivo o laço de solidariedade e de cooperação, que os congrega e os retém coesos.”

É essa a concepção democrática cristã do trabalho, diferente e divergente das concepções liberal e totalitárias, ante as quais o trabalhador ou é esquecido, abandonado, posto à margem da vida, ou amesquinhado, “robotizado”, reduzido ao papel de simples máquina de produção.

A democracia liberal pouco teve, realmente, de democracia. Foi, em verdade, um sistema materialista e escravocrata. Agnóstico, imediatista, hipertrofiando o indivíduo (este alienado de sua condição humana, porque desligado de Deus), egoístico e utilitário, o regime liberal-democrata representou uma estrutura social, política e econômica desprovida de substância humana.

A livre concorrência e o lucro, manifestações sociais e econômicas do liberalismo oriundo do racionalismo cartesiano e do luteranismo, contribuíram para que o homem fosse entregue à própria sorte, pelo que, desamparado, ele ficou, na sociedade liberal democrática, vagando, como barco sem leme, ao sabor das forças dominantes, os mais fracos explorados pelos mais fortes, espertos, astutos ou afortunados.

Com um pouco de boa vontade, e do ponto de vista estritamente político, ainda se podia falar em democracia. O povo votava. . . Mas, que povo? Quem vota livre e conscientemente, quando é escravo da miséria, do medo e da ignorância? A rigor, mesmo sob esse aspecto, a democracia, vigente o sistema liberal, não passou de uma ilusão, para não dizer uma farsa, pelo menos em nosso País.

Só se pode falar em democracia quando estabelecida uma ambiência existencial onde se procure, efetivamente, a igualdade, a liberdade e a fraternidade entre os homens. Onde o amor ao próximo, princípio cristão fundamental no relacionamento entre os homens, se traduza em experiências políticas, sociais e econômicas.

Democracia é isso. Fora daí não é. Democracia não é coisa relativa. É, em essência, uma categoria política absoluta. Ou é, ou não é. Quando não se faz valer em todos os seus aspectos, inexistente.

Não se pode, portanto, falar em democracia apenas política, nem somente social, nem exclusivamente econômica. O econômico, o social e o político são meras facetas da democracia real, aquela que vale como um ambiente coletivo de existência em que todos os homens encontrem condições para, pessoal e coletivamente, tentarem seu pleno desenvolvimento.

Essa democracia é a democracia cristã. Nela o homem é, verdadeiramente, a meta a atingir. O homem de carne e osso. Mas, também, o homem

---

(12) Joaquim Pimenta — *Sociologia Jurídica do Trabalho* — Editora Max Limonad — Rio, 1944.

que tem uma alma. O homem-animal e o homem-anjo. O homem que é o centro do mundo mas que tem a Deus como centro. No regime onde se pense e se haja assim, existe democracia.

Todos os valores, no regime democrático cristão, são postos em função do homem.

Dessarte, não se concebe nessa democracia, a autêntica, falar em livre jogo das forças da natureza. Não existe isso. O homem não é dirigido por essas forças. Ao contrário, o homem, pela sua vontade, domina as coisas e, pela sua inteligência, dá-lhes sentido e destinação.

Isso explica e justifica a organização e a direção da sociedade pelo homem, através do Estado, este situado, assim, como o instrumento pelo qual ele se realiza e realiza o bem comum. Intervindo, controlando, disciplinando, orientando.

Por se fugir a essa compreensão filosófica, no liberalismo, o Estado foi um órgão ausente e omissa, permitindo a exploração do homem pelo homem. Onde, na liberal-democracia, o operário ser transformado em simples mercadoria, de cotação variável, conforme a lei da oferta e da procura...

Por se afastar, igualmente, do entendimento cristão, os sistemas comunista e fascista, que sucederam ao liberalismo, também fracassaram, pois amesquinham o homem, transformando-o em simples coisa, a serviço de mitos, como a classe, a raça e o Estado.

O certo é que, ou um regime político é democrático e, por sê-lo, possibilita a equânime e justa participação de todos nos bens da civilização e da cultura, ou não tem essa capacidade e, nesta hipótese, não é democrático.

Na liberal-democracia o operário é o grande esquecido. O **homem-operário**. Porque entregue à própria sorte num mundo onde lutam contendores de forças desiguais. Onde, pois, o Estado, ausente, omissa e passivo, serve aos indivíduos e aos grupos que, detendo o poder econômico, enfeixam em suas mãos, igualmente, o poder político.

O valor de um regime político está na sua capacidade de oferecer aos homens condições de se realizarem, como pessoas e como coletividade. Se esse regime se apresenta como um ambiente onde os homens podem tentar esse objetivo solidariamente, podemos qualificá-lo de democrático. Dessa maneira, mirando o panorama mundial, podemos, sem intenções humorísticas, dizer que existem democracias de verdade e democracias de mentira, estas em maior número.

André Philip <sup>(13)</sup>, em excelente estudo, escreveu:

“Es inutil proponerle una fe democrática a un hombre que, en su existencia cotidiana, vive una realidad que, en todos sus elementos, es lo contrario de esa democracia.”

(13) André Philip — *La Democracia Industrial* — Editorial Tecnos, S.A. — Madrid — Traducción de Dionisio Ridruejo — 1965.

Essa observação nos faz pensar nos homens miseráveis do Nordeste brasileiro, não só neles, também nas populações abandonadas, famintas, maltrapilhas e revoltadas das favelas das nossas grandes cidades.

Esses nossos irmãos, expoliados, maltratados pelos homens, crêem em Deus, mas como Deus não lhes deu o de que necessitam, se deixam engodar pelo canto de sereia dos comunistas, pois nas promessas dos “democratas” não podem acreditar, eis que a “democracia” com que estes lhes aceenam é a vida desgraçada que eles levam, geração após geração... Esqueceu-se, aqui e alhures, o que Paulo VI<sup>(14)</sup> procurou avivar na memória dos homens:

“Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade. Todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados. Não devem, portanto, impedir, mas, pelo contrário, facilitar a sua realização; e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira.”

Por incrível que pareça, ainda há quem insista, em toda parte, no Brasil inclusive, em apregoar as excelências da liberal-democracia. Acenou-se mesmo, ultimamente, em conhecidos setores de divulgação, a pregação liberalóide. Assim, volta-se a falar, nesses setores, com muita ênfase, na necessidade de “privatização” de empresas estatais, no respeito à liberdade de iniciativas, na intocabilidade do indivíduo... Procuram, desse modo, certos grupos suspeitos, impedir a presença do Estado em áreas onde ela se faz necessária. Tudo isso reflete o desespero de alguns remanescentes da liberal-democracia, apavorados ante a expectativa de serem despojados de seus privilégios...

Não podemos ficar de braços cruzados. Porque os grupos que assim procedem contam com ampla e poderosa cobertura internacional. Precisamos, assim, sem rebuços, sem tibiezas e sem transigências, proclamar bem alto essa verdade necessária e incontestável: não há democracia num regime de livre concorrência. Eis a palavra da Igreja:

“A economia de livre mercado vigente como sistema em nosso continente e legitimada por ideologias liberais aumentou ainda mais a distância entre ricos e pobres, por colocar o capital à frente do trabalho, o econômico à frente do social. Grupos minoritários nacionais, associados às vezes com interesses estrangeiros, aproveitam-se das oportunidades que lhes são abertas por essa forma primitiva de livre mercado, para enriquecer às custas dos interesses dos setores populares majoritários”<sup>(15)</sup>.

Nunca é demais repisar que a economia não é uma ciência natural, é uma ciência moral. Não pode, por isso mesmo, ficar entregue às manobras

(14) Papa Paulo VI — “*Populorum Progressio*” — Documentos Pontifícios sobre Questões Sociais — Câmara dos Deputados — Brasília, 1967.

(15) Documento do CELAM, reunido em Puebla, México, 1979 — Divulgado pelos Jomais.

dos homens, quando estes, destituídos de um senso moral comum, procuram subordinar as forças e as relações de produção aos seus interesses particulares. A lei da oferta e da procura, tal como a entendem os capitalistas liberais (que a manipulam a seu talante...) é uma simples máscara a encobrir a feia fisionomia de uma mentalidade depravada. É uma especulação. É um instrumento de dominação. Veja-se a realidade: os produtos desaparecendo do mercado, para aumento de preço. Veja-se a queima de lã, do café, do trigo. Veja-se o desemprego. Vejam-se os latifúndios improdutivos. Veja-se a miséria de milhões. Vejam-se os lucros fabulosos de certas sociedades. É que na economia liberal a grande lei é, na realidade, o lucro. E o lucro, tal como obtido nessa "democracia-liberal" (a qualquer preço) significa a exploração do homem pelo homem.

É necessário, por isso, esquecer definitivamente os postulados do liberalismo clássico. Entre eles, e prioritariamente, o que advoga a "abstenção" do Estado. Na democracia autêntica o Estado não pode, é claro, ser onipotente. Mas também não pode ser, de nenhuma maneira, uma entidade ausente. Tem de ser, necessariamente, um ser onipresente. Há ele de responder afirmativamente aos apelos do homem, onde quer que este se encontre. Os limites para a atuação do Estado nos diversos setores de atividade do homem estão, somente, no respeito à pessoa humana. Em defesa desta, para a garantia e a realização desta, há de admitir-se a intervenção do Estado em qualquer área, seja a econômica, a social ou a política. Não há como opor pretensões privatistas ou grupais aos interesses comuns, que incumbe ao Estado proteger, mas que o Estado só pode amparar pela sua presença e com a sua força. Só atuando em todos os planos sociais o Estado, expressão máxima do povo, pode impor equilíbrio e evitar injustiças, assegurando a todos os homens reais condições de sobrevivência e desenvolvimento.

No que tange ao trabalho, isto é, à denominada "questão social", esta deixou, há muito, de ser considerada como um "caso de polícia" a ser resolvido pelas "patas de cavalo"...

### QUESTÃO SOCIAL, A GRANDE QUESTÃO

Considera-se, hoje, a "questão social" como a grande questão da atualidade. Logo, como a grande questão nacional dos diversos povos. Na sua resolução está o destino das nações. E essa questão só pode ser equacionada e encaminhada racionalmente através do Estado, como viu, com clareza, André Philip<sup>(16)</sup>:

"Se debe, en efecto, mirar la realidad cara a cara; una política obrera y, de modo general, una política social progresiva exige un Gobierno estable y fuerte; los Gobiernos débiles e inseguros son una herencia del período burgués del siglo XIX en que era necesario protegerse contra los excesos de un ejecutivo monárquico o militar y en que el Estado intervenia lo menos posible en la vida económica. Hoy en día la intervención creciente del Estado y la necesidad de una planificación consciente exigen un poder que se ejerza durante un largo período."

(16) André Philip — ob. cit.

Aceite-se que, sendo um instrumento de “construção” nacional dos povos, o Estado tem que ser intervencionista. Porque nação é povo. E povo são todos os homens. Ora, os homens são diferentes. Os grupos se diversificam. Variam as classes. Todavia, coisas diferentes não são coisas necessariamente divergentes. O Estado é uma unidade composta de mil variedades. Nele se projetam todas as inclinações, todas as necessidades, todos os sentimentos e todas as aspirações de todos os homens que compõem a nação, nele juridicamente organizada. Ele representa uma sínese dos ideais de todos os homens que nele vivem. Por isso, e como recorda J. Blanco Ande (17) :

“El Poder se apoya tanto en los supuestos de la colaboración que pueden germinarse entre aquellos grupos o personas con intereses parecidos, como en los casos de divergencia que nacen entre los detentadores de intereses contrarios.”

Essa compreensão do Estado nos convence da necessidade de não admiti-lo jamais como um ente omisso, longínquo ou passivo, mas, sim, sempre ativo, vigilante, presente. Porque só assim é real. Só assim se justifica. Só assim possibilita aos homens alcançarem uma organização nacional modelada em estruturas equilibradas, justas, igualitárias e humanas. Como proclama ainda Ande (18):

“El Poder no es algo estático y amorfo, que viva desligado del contexto social en que ha de desenvolverse forzosamente. Si el Poder existe, y se ejercita, es porque actúa en el seno de una colectividad. llevado de la mano tanto del sujeto que lo impone, como del que lo sufre. El Poder existe, en definitiva, porque el hombre lo alumbraba como algo necesario para el desarrollo comunitario.”

Não cabe, pois, ao Estado distinguir entre os homens. Estes — a sua felicidade — é a meta visada, independentemente de seu condicionamento profissional ou de seu enquadramento classista. Ser operário, comerciante, militar, doutor ou sacerdote, é uma conjuntura vocacional ou social. Não confere privilégios nem importa em exclusões. A profissão não eleva nem rebaixa o homem em sua natureza. Ela é apenas um meio (possível ou desejável) de se tentar um objetivo. Todas as profissões são igualmente necessárias à sociedade, elas se completam na satisfação das múltiplas necessidades do homem. O mesmo se pode dizer das diversas classes sociais, que, em última instância, nada mais são que integração de grupos profissionais. Esses grupos e essas classes, expressões das variadas atividades profissionais do homem, são, no entanto, meros suportes de um trabalho comum, efetuado por todos os homens, de todas as profissões, de todas as classes. É o homem em si, esse homem que transcende das classes, que se situa como o objetivo máximo da política autêntica. É como disse Adam Schaff (19):

“O indivíduo humano encontra-se dentro da sociedade de acordo com a sua gênese e o seu caráter social, mas continua, até certo

(17) J. Blanco Ande — *Teoría del Poder* — Ediciones Pirámide, S. A. — Madrid, 1977.

(18) Blanco Ande — *ob. cit.*

(19) Adam Schaff — *O Marxismo e o Indivíduo* — tradução de Heirdun Mendes da Silva — Civilização Brasileira — Rio, 1967.

ponto, como indivíduo autônomo. O indivíduo real e concreto, o autêntico criador da História, é o fundamental como verdadeiro objeto das preocupações e das ações mesmo quando se fala em classes e sua luta.”

Quando falamos em **política autêntica**, falamos da ciência social em sua mais ampla e profunda acepção, aquela que engloba todas as demais ciências sociais. Porque ela é a ciência do Estado. A que cuida de todos os aspectos atinentes à organização da vida coletiva dos homens situados nos diferentes espaços geográficos. Essa política presume uma filosofia e uma ética e inclui uma concepção econômica. Portanto, nela está incluída, também, uma compreensão social do trabalho, fator de produção e elemento de relacionamento entre os homens.

Assim entendendo a política, e, vendo no homem, um ser imperfeito, porém perfectível, e cujo ponto central de referência é Deus, a perfeição absoluta, cabe reconhecer que todo homem, em sua essência mais íntima, busca esse Absoluto. Na maior ou menor aproximação com esse Modelo é que está a escala dos valores humanos. A medida dos homens. Independentemente das idéias, das situações e das classes dos homens. O trabalhador, seja qual for a sua profissão, é antes de tudo um homem. É esse homem que a democracia cristã considera quando procura fincar as bases, a estrutura e os rumos de sua orientação trabalhista. Um homem igual a qualquer outro homem. Angélico e demoníaco. Indivíduo e pessoa. Capaz de todas as grandezas e capaz de todas as misérias. Um **homem**.

Em uma democracia legítima, de classes abertas, onde o Estado é efetivamente um instrumento de edificação nacional do povo, as situações profissionais dos homens são tidas como meramente incidentais, são simples categorias eventuais de existência, não “marcam” o homem.

Em numerosos países, hoje, centenas de operários, a cada ano, se diplomam pelas mais diversas faculdades, ou vêem seus filhos ou netos se diplomarem, adquirindo, assim, habilitação profissional para ascender na escala social. Inclusive no Brasil esse fenômeno é visível, particularmente em Brasília.

Ao revés, é sabido que “nobres” emigrados de países totalitários, quando da mudança de regimes nestes, foram vistos em outras partes, servindo como motoristas, garçons, governantas.

Tais fenômenos, embora isolados, demonstram a precariedade dos critérios daqueles que pretendem qualificar os homens pelas classes em que se posicionam na sociedade.

Dessa maneira, em uma genuína política trabalhista, temos de considerar equanimemente todos os trabalhadores: os numerosos e variados trabalhadores “diretos” (das minas, do fundo do mar, das aeronaves, das fábricas, dos campos) e os numerosos e variados trabalhadores “indiretos” (os empresários, os profissionais liberais, os sacerdotes, as freiras). Temos de vê-los, a todos, como uma colmeia, cada qual com sua tarefa específica no trabalho comum.

## O TRABALHADOR ESTÁ ACIMA DAS CLASSES

Isolar uma ou algumas categorias profissionais, englobando-as em classes, para dar-lhes supremacia sobre as demais, é distorcer o sentido da verdadeira política social. Berdiaeff (20), criticando o marxismo, tocou com dedo de mestre nesse ponto nevrálgico da questão social:

“El proletariado tomado en su conjunto, poseyendo una naturaleza única, no existe. En épocas y países diferentes, en dominios diversos de trabajo posee naturalezas múltiples, intereses varios y estado de espíritu. El marxismo no se preocupa del proletariado efectivo tal como aparece en la historia; pero sí de la idea del proletariado.”

Leonel Franca (21), do mesmo modo, focou admiravelmente esse ponto crucial do problema:

“Pouco importa que a obra a realizar exija mais esforços corporais que espirituais; a atividade exercida é uma atividade humana, nascida de uma inteligência e de uma liberalidade, interessando uma consciência, sob a responsabilidade de um eu profundo, na sua individualidade incomunicável. Os aparelhos psicossensoriais que o esforço produtor põe em ação não passam de simples instrumentos. O verdadeiro e único agente é o indivíduo humano. Não são as mãos que trabalham, trabalha o homem servindo-se das mãos.”

E completou (22):

“O aprendiz que amassa a cal e o engenheiro que calcula as resistências, o fiscal que arrecada o imposto e o Chefe de Estado que governa um povo, o mineiro que trabalha o mármore e Miguel Ângelo que esculpe o seu Moisés — é sempre o homem que trabalha. A categoria de personalidade é como um denominador a conferir a toda atividade humana um valor ético que lhe é específico.”

Não há, pois, como advogar um mundo dominado pelo proletariado. Nem por nenhuma outra “classe”. O clero, a nobreza e a burguesia também não devem ser privilegiados. No entanto, todos — o proletariado, a burguesia e o clero e a nobreza (?) — merecem um lugar ao sol que nasceu para todos e é de homens que se trata, de homens que trabalham e produzem e pelo trabalho se fazem e fazem a sociedade. Numa verdadeira democracia é assim.

As maiores criações do mundo não nascem, certamente, nas fábricas. Surgem nos gabinetes e nos laboratórios. Mas são realizadas nas fábricas. Inclusive aquelas de que se originam as fábricas onde labutam os operários...

(20) Nicolau Berdiaeff — *El Cristianismo y el Problema del Comunismo* — Epasa Calpe Argentina, S. A. — Buenos Aires — México — Traducción de María de Cardona — 1943.

(21) Leonel Franca — ob. cit.

(22) Leonel Franca — ob. cit.

Verdadeiro é, por outro lado, que os sábios e os cientistas, em seus gabinetes e em seus laboratórios, jamais poderiam transformar em realidades as suas invenções e descobertas, não fora o trabalho dos que labutam nas oficinas.

A filosofia cristã, **totalitária**, no bom sentido da palavra, vê o homem em sua integralidade. Logo, vê a sociedade em seu todo. O homem é espírito e é corpo, é razão e coração, é cérebro e é mão. A sociedade é o intelectual e o trabalhador braçal, o mestre e o comerciante, o missionário e o industrial, o camponês e o atleta, o escritor e o soldado. Todos se ligando num conjunto vasto, homogêneo, dinâmico e harmonioso. Assim acontece na democracia cristã. A genuína democracia, onde os homens, todos eles, são conceituados como pessoas, vistos como irmãos, tratados igualmente. Nessa sociedade não se admite domínio do homem sobre o homem. Nem de classe sobre classe. Por isso, ela rejeita a visão marxista. Como se opôs ao mundo pagão (na antigüidade o trabalho era um “castigo” imposto aos escravos). Como fulminou o mundo fascista (onde o homem é simples peça da máquina estatal). Como condenou a sociedade nazista (em que o homem foi subordinado ao mito da raça). Na sociedade democrática cristã o que vale é o homem. E o homem é um ser total, está acima e além das contingências profissionais e classistas. Eis porque, como adverte Antônio Osmar Gomes (23), uma civilização “não deve ser considerada sob o ponto de vista do **homo faber**”.

A propósito, cabe observar que a tecnologia, cada vez mais avançada, está forçando uma revisão dos conceitos marxistas de trabalho e de classes. É que a máquina, cada vez mais tomando o lugar do homem, está dando a este mais “ócio”, ficando ela com o “trabalho”. A “mais-valia” incide, a mais e mais, sobre o “trabalho” desse novo “trabalhador”. “Ele” é que está sendo, agora, o grande “explorado” pelos empresários e pelo Estado. . . Máquinas existem que fazem o trabalho de dez, de cem, de mil trabalhadores. Em tempo menor e com mais perfeição. E não é só: até mesmo o trabalho “intelectual” já está sendo executado pela máquina: aí estão os computadores a reduzir, em muito, os esforços dos cientistas, dos professores, dos sábios. Por outro lado, o campo se industrializa, vai sendo “invadido” pela máquina. As coisas chegaram a tal ponto que nem mais sabemos se o técnico que monta ou movimenta determinadas máquinas é um trabalhador manual ou intelectual. O que explica a observação de Darcy Ribeiro (24):

“Outra característica da sociedade futura será a superação da distância entre o trabalho braçal — praticamente proscrito — e o trabalho intelectual.”

A errônea compreensão marxista do problema do trabalho decorre, logicamente, de uma errada visão do homem e do universo.

Somos o que é a nossa filosofia. Se possuímos do homem e do universo uma concepção global e integral, jamais separaremos as partes do todo, seja no julgamento do homem ou da sociedade.

(23) Antônio Osmar Gomes — ob. cit.

(24) Darcy Ribeiro — *O Processo Civilizatório* — Civilização Brasileira — Rio, 1968.

Se, cristãos, vemos no homem uma criatura de Deus, feita à sua imagem e semelhança, havemos de ver a sociedade como um conjunto solidário de homens que, irmanados, buscam o bem comum, que é o bem de todos e o de cada um.

Assim pensando e sentindo, seremos democratas, pois democracia é o regime humano por excelência, e, dessa maneira, nunca será relativa, parcial, mutilada, nunca será somente política, ou somente social ou econômica, mas, sim, uma democracia total.

## O TRABALHO NA DEMOCRACIA CRISTA

Nessa democracia o trabalhador, seja manual ou intelectual, será sempre respeitado em sua dignidade de homem e para ele se procurará uma situação capaz de favorecê-lo em seus esforços para realizar-se, como indivíduo e como pessoa. Nessa democracia não se pregará a luta de classes, mas a integração de classes. As lutas de classes, conseqüência político-social de filosofias desumanas, são sintomas de doenças econômico-sociais, só pesam em regimes onde o homem é desconsiderado: "... as lutas sociais — diz A. Bochard (25) — não são mais do que a expressão incompleta como se tem compreendido a idéia do trabalho".

Classe, repitamos, é uma situação profissional e social contingente, de ordem econômica e, também, vocacional. É verdade que nem todos os operários são operários por vocação. Muitos o são, mas a maioria o é porque não tem recursos para tentar outra profissão.

Se bem que não tanto por motivos de ordem econômica, também numerosos profissionais liberais se formam não por vocação, mas, ora por imperativo de tradições familiares, ora para garantia de um *status*, ora por interesses políticos ou burocráticos, mas não exercem a profissão para a qual se diplomaram.

De qualquer modo, a escolaridade, a profissão e os recursos econômicos e financeiros "separam" os homens em camadas dentro da sociedade: as classes sociais. Estretanto, porque são constituídas de homens e os homens não se distinguem pelas classes — tanto que variam de "posição" social, não apenas horizontal mas também verticalmente, *subindo* ou *descendo* — não há como se pretender na sociedade — que é composta de todas as classes — hegemonia de uma delas:

"A classe — ensina Alceu Amoroso Lima (26) — é uma realidade social. O ideal da superação das classes, depois da exaltação belicosa de uma delas, a proletária e sua opressiva ditadura, é uma fantasia catastrófica."

E acrescenta:

"O verdadeiro contramito, que consiga em parte conjurar os perigos do classismo revolucionário, é a colaboração pacífica das classes."

(25) Citado por Joaquim Pimenta, ob. cit.

(26) Alceu Amoroso Lima — *Mitos de Nosso Tempo* — Livraria José Olímpio — Rio, 1943.

Nenhuma classe pode viver sem as outras. Todas dependem de todas. E nunca deixarão de existir, porque os homens, iguais em natureza, serão sempre desiguais em seus gostos, em suas aspirações, em sua capacidade, em sua inteligência, em sua saúde, em seu temperamento, em seus objetivos. O artista, o técnico, o escritor, o cientista, o sacerdote, o militar, o profissional liberal, são, todos, homens se afirmando em suas vocações. Compondo, em suas atividades diversificadas, o organismo social. Todos servindo a todos e se servindo de todos. Sob o manto da profissão existe o homem. Acima da classe a que pertence, está o homem. Dessa maneira, "o que é preciso é transportar o ideal de justiça dos indivíduos para classes. E da mesma forma que cada homem sente perfeitamente o seu **direito** e ao mesmo tempo o **direito alheio**, sem que a existência de um seja a negação ou a destruição do outro, assim também cada **classe social** tem o direito de existir e tem o dever concomitante de respeitar a existência das outras classes" (Alceu Amoroso Lima) (27).

Assim, o direito de uma classe termina onde começa o direito da outra.

Sempre haverá classes, porque os homens serão sempre diferentes. Não há, entre bilhões de seres humanos, dois que tenham as mesmas impressões digitais. Como não existem, nas árvores, duas folhas iguais. Isso, porém, não implica dizer que os que pertençam a certas classes sejam melhores ou devam ter mais direitos e privilégios que os pertencentes a outras classes.

Não se pode, é claro, negar que, ao lado de fatores de harmonização, operam, na sociedade, fatores divisionistas de classes. Forças há que buscam sua homogeneização, mas outras há de repulsão. É, então, que, para garantia do equilíbrio social, se faz necessária a presença do Estado. Para, como expressão da sociedade, assegurar um regime em que todos os homens, de todas as classes, tenham uma efetiva participação nos bens da civilização e da cultura.

Surge, então, a democracia, como caminho político normal a palmilhar. A democracia integral, que se propõe dar a todos possibilidades reais de desenvolvimento e que de todos exige, em contrapartida, igual esforço em prol do desenvolvimento de toda a coletividade. Democracia de todos por um e de um por todos. Democracia fundada no amor ao próximo. Democracia cristã.

Dentro dessa democracia o trabalho há de organizar-se num sistema em que todos os trabalhadores sejam igualmente postos em sua situação de seres humanos. O braçal e o intelectual. O do campo e o da cidade. O civil e o militar. O preto e o branco.

Não há como se conceber o governo de uma classe, seja qual for. Isso só se pode admitir em sistemas totalitários, onde o homem é sacrificado aos mitos. Ou no sistema liberal, onde o homem é reduzido a simples mercadoria, sujeita à lei da oferta e da procura.

Temos de olhar com o mesmo respeito o trabalho do operário nas fábricas ou nas minas, o do camponês na lavoura ou na pecuária, o do cientista

(27) Alceu Amoroso Lima — ob. cit.

nos laboratórios, o do servidor militar nos quartéis, o do servidor civil nas repartições, o do intelectual nos gabinetes, o dos artistas em seus estúdios, o dos políticos nos parlamentos, o dos religiosos nos templos.

Na democracia cristã isso acontece. E, nela, o Estado está sempre vigilante, para proteger os homens de todas as classes, pois está a serviço dos homens todos, que se espalham por todas elas. Alceu Amoroso Lima <sup>(28)</sup>, como sempre, penetrou fundo a questão:

“A variedade de classes corresponde a uma realidade irremovível. Os homens se distribuem por classes sociais em consequência da lei de variedade e não de uniformidade absoluta, que é a própria lei da sua personalidade individual e social. Classes e profissões são, portanto, realidades sociais intrínsecas que correspondem a um estágio avançado de progresso social. O progresso social se faz por diferenciação e não por confusão. A medida que uma sociedade se civiliza, afirma a sua consciência de classe. Quando essa consciência ultrapassa os limites a que está sujeita — pois tudo tem o seu limite natural e o progresso é o alcance desse limite, como a decadência é o transbordamento desse limite, como o atraso é a insuficiência na obtenção do limite a atingir —, quando o ultrapassa, decai. Todo classismo é, pois, uma decadência. O classismo proletário, como o classismo burguês, militar ou sacerdotal. O verdadeiro caminho da paz social é encontrar os limites de cada classe, fixá-los e impedir os abusos do poder. Nessa tarefa está mesmo uma das funções mais nobres e mais indispensáveis de toda verdadeira organização social. Nenhum regime político futuro poderá fugir a essa lei da natureza social, se quiser ser fiel à sua finalidade.”

Provado como ficou, pelo fracasso da liberal-democracia, que a sociedade não pode ficar sujeita às “leis da natureza”, pois o homem não é aquele “anjo” caído do céu, imaginado por Rousseau, sendo às vezes, também, o “lobo para o homem”, compreendeu-se que toda organização social, para ser justa, equitativa, equilibrada e humana, há de ser feita e dirigida pelo Estado, este conceituado e posicionado como um instrumento do bem comum, em função do qual ele disciplina as forças e as relações sociais, incluídas as de natureza econômica.

É assim que o Estado se justifica e se impõe, como essa ambiência existencial favorável ao desenvolvimento harmonioso do indivíduo e da sociedade, como, portanto, uma síntese das necessidades, dos interesses e dos objetivos nacionais. ou seja, como símbolo de uma coletividade humana situada em um determinado espaço, tendo uma história própria, afinidades étnicas, sentimentos religiosos comuns, enfim, uma cultura. Vale, pois, como um espelho mágico onde se refletem as tendências e os anelos de todos os homens que compõem esse conjunto nacional. Como um aparelho que capta as pulsações ideológicas dessa coletividade, e as coordena, disciplina, estrutura e orienta.

(28) Alceu Amoroso Lima — ob. cit.

## O ESTADO E O PROBLEMA DO TRABALHO

Deduz-se do exposto que o Estado, em relação ao povo que representa, é neutro, no sentido em que não pode distinguir entre as diversas camadas da sociedade. Porque existe para servir a todos e a cada um. É, repitamos, um instrumento de “construção” nacional dos povos. Logo, dos homens, que, como nação, vivem, dentro de um **espaço**, com um **certo estilo**, durante **determinado tempo**.

Fixada essa posição do Estado, há este, no que concerne ao problema do trabalho, de conduzir-se como órgão propulsor e conciliador de atividades. Estimulando todos os setores de produção e procurando articulá-los com vistas à satisfação dos interesses de todos e de cada um. Respondendo afirmativamente aos reclamos dos homens, diferentemente localizados na sociedade. Visando ao equilíbrio, à fraternidade, à igualdade, à justiça.

“La autoridad estatal, escreve Messner <sup>(29)</sup>, existe, pues, por razón del bien general de la comunidad política, y no del interés privado de un gobernante o de un partido o de una clase dominante. Su esencia y su justificación consisten, pues, en servir a la comunidad.”

Essa concepção do Estado revela que a política não pode ser divorciada da moral. Logo, de uma filosofia. Pois é esta que dá uma razão de ser para os homens e para as coisas. Ela é que surpreende causas, apreende essências, traça os fins.

Os planos terrenos de vida — sociais, econômicos, políticos — têm a sua boa ou má configuração vinculada à filosofia em que se informou o Estado. Conseqüentemente, o regime político que adotarmos, decorrente dessa ou daquela filosofia, possibilitará, dificultará ou impedirá aos homens o cumprimento normal de seu destino, individual e coletivamente.

Desse modo, no tocante à organização do trabalho, torna-se claro que, nos regimes liberal-democrata e totalitários, o operariado será, ou marginalizado, ou transformado em máquina de produção.

No liberalismo, um antropocentrismo agnóstico levou à hipertrofia do indivíduo. Os interesses dos **indivíduos** e dos **grupos** prevalecem sobre os dos **homens** e das **coletividades**. O “laissez faire” transmutou a sociedade num campo de batalha. A livre concorrência, tal como se verificou, entre concorrentes de forças desiguais, dividiu os homens entre exploradores e explorados, deixando, assim, de ser um fator de emulação e seleção para converter-se em fator de descontentamentos, lutas, miséria, vingança e desgraças. E o Estado nada fez, porque, fiel aos postulados “liberais”, virou um ente passivo, omissivo, distante, cuja “função” seria assegurar o livre jogo das forças da natureza. . .

A sociedade liberal, comenta Emmet John Hughes <sup>(30)</sup> “suscitava uma técnica institucional de molde a favorecer a miragem da salvação do ho-

(29) Citado por J. Blanco Ande, ob. cit.

(30) Emmet John Hughes — *Ascensão e Decadência da Burguesia* — Livraria Agir Editora — Trad. de Cipriano Amoroso Costa — Rio, 1945.

mem pela concorrência econômica sem peias — ao mesmo tempo que entregou à aristocracia do dinheiro o domínio das cidadelas econômicas da sociedade. Isso ela conseguiu, proclamando a doutrina da abstenção política em matéria de injustiças econômicas e permitindo, em contrário, o livre exercício das atividades políticas, desde que não pusessem em perigo as premissas fundamentais da ordem social vigente”.

O capitalismo, fruto do liberalismo político e econômico que inspirou a Revolução Burguesa de 1789, foi, no que diz respeito ao trabalho, uma desilusão.

Mais tarde veio o marxismo e em sua projeção política (o comunismo) tirou do altar a burguesia e nele colocou o proletariado. Entronizou-se um mito. Mas o homem continuou esquecido. Humilhado. Ofendido. Desumanizado. Inclusive o homem-operário, pois, conquanto endeusado, foi, em verdade, reduzido a um valor meramente econômico. Se no regime liberal era uma mercadoria dos capitalistas, o trabalhador passou, no regime comunista, à condição de mercadoria do Estado.

Com o fascismo a situação se agravou, pois, nesse regime, fundiram-se os males do liberalismo e do capitalismo.

Tudo isso aconteceu porque o liberalismo e os totalitarismos foram sistemas desprovidos de uma ética e de um sentido filosófico gerados numa concepção humanista do universo.

No regime liberal-democrático o trabalhador foi, inegavelmente, posicionado como simples objeto, assim como, nos regimes totalitários, da esquerda ou da direita, foi situado como mera peça da máquina estatal, a serviço de mitos: a Classe, a Raça, o Estado.

“Tendo aceito o mesmo ideal básico que a sociedade liberal, a cruzada marxista apelou para o mesmo instrumento e critério de progresso — a acumulação de bens materiais. Muito embora pudesse ser tido como revolucionário o seu sistema de organizar a produção e distribuir a riqueza, o marxismo concebeu um ideal de sociedade suscetível de ser realizado por uma ação limitada a esse mesmo reino da economia, que o liberalismo consagrava como o plano — o único plano em que se podia lutar pela salvação do homem e alcançá-la” (Emmet John Hughes) <sup>(31)</sup>.

## POLÍTICA E MORAL

Faltou, a todos esses regimes, um conteúdo ético que só os regimes inspirados em filosofias realmente humanistas possuem. Berdiaeff <sup>(32)</sup> analisou essa questão em seus aspectos fundamentais:

“La explotación es un fenómeno moralmente reprehensible, una mala relación de hombre a hombre. Pero no es de ningún modo

(31) Emmet John Hughes — ob. cit.

(32) Nicolau Berdiaeff — ob. cit.

un fenómeno económico. Marx confunde totalmente los fenómenos económicos y reales. Para él la explotación es una resultante indispensable del proceso económico. Es difícil concebir que desde el punto de vista marxista la explotación pueda provocar esa indignación. Los propietarios explotan a los campesinos. La burguesía explota al obrero en virtud de una necesidad económica provocada por las exigencias de producción. En qué consiste aquí el mal? Porqué indignarse? Es comprensible que los cristianos se commuevan por esta relación moral malsana; pero, por qué los marxistas, amoraes en principio, niegan la diferencia entre el bien y el mal y se indignan?"

A questão social não é, portanto, uma questão exclusivamente econômica. Nem, mesmo, predominantemente econômica. Não se cinge aos aspectos materiais da vida dos trabalhadores. Não se limita ao salário. O trabalhador, é claro, precisa ganhar o suficiente para satisfazer às suas necessidades. A todas as suas necessidades, não somente as materiais. Precisa de assistência. Carece de previdência. Mas pede, acima de tudo, que o considerem e situem e o tratem como um ser humano. Igual ao patrão. De quem não difere, em natureza. De quem é irmão em Cristo. Onde lembrar Leonel Franca <sup>(88)</sup>:

"A questão do trabalho assume, em toda a extensão de sua amplitude, as proporções de uma questão humana — pessoal e cultural. Resolvê-la com acerto ou falseá-la em seus elementos fundamentais é despertar ressonâncias profundas na vida espiritual das almas e na marcha dos povos para a sua perfeição social. Em nenhum outro campo, talvez, a antinomia entre matéria e espírito estala com mais estridente agudeza e reclama com tanta urgência a visão integral da verdade para uma solução harmoniosa."

Aí, certamente, o grande desafio ao Estado moderno. A que o Estado liberal fugiu. A que não responderam satisfatoriamente os Estados totalitários.

A questão social é a questão maior que o Estado hoje enfrenta. Questão gigantesca, porque visceralmente humana e cuja solução está ligada ao próprio futuro da humanidade.

A chave para solucionar essa questão que, por ser social, é uma questão terrena, estará num tratamento político, viável, desde que entendamos a política como a ciência do Estado. Que, ademais, não deve ser dissociada de uma moral e de uma filosofia. E que pode até mesmo, como sucede em determinadas situações e lugares, sofrer impactos de doutrinas religiosas, eis que ninguém ignora as estreitas relações entre o protestantismo e o capitalismo, como todos sabem do parentesco entre o ateísmo (anti-religião) e o comunismo materialista. A implantação, no Irã, de uma República Islâmica, é outro exemplo a citar.

(88) Leonel Franca — ob. cit.

O problema do trabalho é um problema essencialmente humano. E os problemas humanos só podem ser bem equacionados e resolvidos em regimes políticos humanos. Ora, regime político humano só existe quando inspirado e informado por uma filosofia que tenha do homem uma visão perfeita. Isto é, que veja no homem o que o homem realmente é: uma pessoa. Um corpo e uma alma. Um ser imperfeito, porém perfectível e que se esforça por aperfeiçoar-se. Feito, recordemos sempre, à imagem e à semelhança de Deus.

### A META É O HOMEM

Todas as atividades do homem, dentro do Estado em que vive, devem estar impregnadas dessa compreensão. Mesmo as econômicas. A economia, insistamos, é antes de tudo uma ciência moral. A produção, a circulação e o consumo de bens são feitos **pelo** homem, **com** o homem e **para** o homem. E as relações entre os homens, em qualquer esfera de atividade, para não serem desvirtuadas e não degenerarem, hão de ser reguladas pelo termômetro da moral.

Enfocando assim as coisas, temos de tentar a implantação, pelo Estado, de uma democracia cristã. Onde as classes não sejam marcas distintivas dos homens, valham apenas como posicionamentos diversificados dos homens dentro de um contexto social em que todos lutem por um mesmo objetivo: o bem de todos e de cada um. Essa democracia, acentua Emmet John Hughes<sup>(34)</sup>, “desconhece classes e formula suas definições em termos de homens e não de grupos sociais, não está ligada a determinada estrutura econômica e considera todas as maquinarias econômicas como simples instrumentos”.

Dessa maneira, há que se repudiar os sistemas políticos liberal e totalitários e tentar-se uma democracia cristã: integral, solidarista, humana. Fora daí não haverá salvação.

O lucro, motivação exclusiva da atividade capitalista no liberalismo, importou no esmagamento do homem-operário.

Por outro lado, a sociedade comunista, colocando na produção o seu fim maior, fez do trabalho um fim em si, relegando a segundo plano a figura do homem-operário.

Em ambos os casos o trabalho foi amesquinhado. Deixou de ser ato criador. Deixou de ser expressão pessoal. Deixou de ser instrumento de **realização** do homem. Por isso, tanto no liberalismo quanto no comunismo, o trabalhador foi alienado. Porque o homem deixou de ter no trabalho um processo de valorização. Um meio de atingir um fim. Um modo de criar e de recriar-se. De expandir-se. De **crescer**. Um modo vocacional de ser. Uma maneira de afirmar-se. Desumanizado, o trabalhador foi diminuído. Tudo porque em ambos os Estados (o liberal e o comunista, assim embebidos de filosofias desprovidas de substância autenticamente humana) o trabalhador

(34) Emmet John Hughes — ob. cit.

foi relegado ao triste papel de fazedor de coisas. Esse problema foi admiravelmente analisado por Leonel Franca <sup>(35)</sup>, nessa crítica magistral:

“... a dignidade do trabalho prende-se com vínculos infrangíveis a uma filosofia do homem e a uma concepção integral da vida. Os sistemas econômico-sociais que, num processo de laicização crescente, se foram alheando às influências cristãs, acabaram, não obstante as aparências contrárias, deformando e comprometendo a nobreza do trabalho. Esquecida ou subvertida a sua verdadeira finalidade, reabriu-se o conflito fatal entre a matéria e o espírito, na consciência dos indivíduos e na organização das sociedades. O capitalismo liberal implicou na **desumanização** do trabalho, o comunismo ateu na sua **divinização**. Um e outro sacrificaram, no operário, o homem com as suas exigências espirituais imprescritíveis.

No processo histórico da evolução, que da Renascença desfechou no capitalismo dos nossos dias, o eixo da economia — da doutrina e da organização — deslocou-se gradualmente do homem para a produção, do sujeito para o objeto, da pessoa para a coisa.

A produção passou a ser o fim da atividade industrial. Produzir, produzir mais, produzir sempre — representava o termo inatingível de um processo material indefinido. A simples condição de instrumento para a realização deste objetivo foi reduzido o trabalho produtor. De atividade humana, essencialmente ordenada à expansão hierárquica de valores humanos, o trabalho degradava-se à categoria de meio a serviço de um bem material. A atividade do trabalhador passa a valer apenas como caminho para chegar à riqueza. Este fim todo material dá o critério, de ordem puramente quantitativa, para avaliar o trabalho. O caráter de ação humana, ligado à dignidade da pessoa, que lhe é, por essência, inerente, eclipsa-se de todo na economia capitalista. O grande empresário não vê no trabalho senão o instrumento de produção; o operário, diminuído, nele não considera senão o meio de ganhar miseravelmente o pão de cada dia. Subverteu-se a ordem essencial dos valores, sacrificou-se todo o espírito à matéria.

Contra esta **alienação** desumana resultante do capitalismo insurgiu-se o movimento desencadeado por Marx. Para libertar o operário suprimiu ele o capital e divinizou o trabalho. O trabalho não pode ser um meio, sem degradar o trabalhador; será um fim, bastará a si mesmo. No exercício de sua atividade, o homem expande naturalmente as suas energias vitais; aguça-se-lhe a inteligência na invenção mecânica; tempera-se-lhe a vontade na luta contra a hostilidade das coisas; domina-se a natureza; estreitam-se os vínculos da fraternidade universal. O ídolo da nova civilização será o trabalho; a religião da nova era, a religião do trabalho, inspiradora de uma nova mística capaz de exaltar as forças emotivas construtoras da cidade do futuro.

(35) Leonel Franca — ob. cit.

O desvio aqui é mais perigoso. Não se subordina aparentemente o trabalho a uma finalidade exterior, atribui-se-lhe um valor absoluto, um caráter incondicionado de fim último. Exalta-se a atividade. A repercussão econômica desta ideologia desequilibrada será a febre da produção. Produzir para produzir, produzir sempre, não tanto para a acumulação dos produtos, quanto para ensanchar a possibilidade de um exercício crescente da atividade produtora. Aumentem-se as necessidades do consumo, criem-se novas exigências, estimulem-se as competências e porfias de primado entre os operários. Sem norma reguladora de fins mais altos que o dominem, o entusiasmo do trabalho exalta-se até a fúria do delírio. Nas relações sociais desaparece o homem para avultar o produtor e o consumidor.

Não; o trabalho não pode ser guindado às alturas de valor absoluto, sem provocar a catástrofe de subversões fatais ao homem e à civilização. De sua natureza, a atividade laboriosa ordena-se à transformação da matéria, à criação de uma utilidade. E a utilidade afere-se pela necessidade humana a que vem satisfazer. Rasgar estradas, fabricar automóveis, erguer arranha-céus, tudo isto não tem sentido fora de uma referência essencial ao homem e às exigências de sua expansão harmoniosa. Só uma concepção integral da vida poderá fundamentar uma hierarquia de valores e justificar a dignidade do trabalho. Divinizá-lo para enaltecê-lo e escravizar o homem sob o jugo de uma idolatria humilhante. A ação e o movimento não têm valor absoluto, valem o que vale o termo que lhes constitui a razão de ser.

Há uma unidade interna entre o pensamento e a vida. Há uma solidariedade indissolúvel entre a concepção ético-religiosa da existência e a expressão fenomenológica dos costumes e das estruturas sociais. Cedo ou tarde os fatos serão a tradução viva das idéias.

Erguer entre os dois domínios — o da filosofia e o da ação — barreiras intransponíveis, ou confiná-los em compartimentos estanques, é desconhecer a unidade orgânica do espírito. E é esta a raiz profunda dos males que nos afligem. Na questão que ora nos interessa faz-se do trabalho uma simples questão econômica e à economia atribuiu-se uma onímoda independência. Como se o trabalho não fosse de sua natureza uma expressão de toda a personalidade humana.”

## O TRABALHO É UM TRAÇO DE UNIÃO

Observando a realidade, constatamos que, desde o começo dos tempos históricos, o trabalho foi um traço de união entre os homens. Já nos tempos primitivos o homem dividiu suas tarefas, em benefício da comunidade. Uns caçando, outros pescando, outros plantando e colhendo, outros lutando, outros curando, ou fazendo armas ou utensílios, os homens, através de

(36) Leonel Franca — ob. cit.

diferentes atividades de trabalhos diversificados, se ajudavam e se complementavam na ordenação, desenvolvimento e defesa das sociedades humanas em formação. O trabalho aproximava e irmanava os homens. Era o ponto de convergência dos interesses grupais. Um laço a ligar os homens. Um fator de equilíbrio e harmonia, dando aos homens uma consciência do bem comum.

Pelos tempos afora o trabalho manteve esse caráter, até que, por força da filosofia pagã, predominante até nas grandes civilizações clássicas, o trabalho manual transformou-se em elemento de distinção entre os seres humanos, passando a constituir um "castigo" imposto aos escravos, uma tarefa indigna das "elites" e dos "intelectuais".

Com o advento do cristianismo, o trabalho, conceituado como ato pelo qual o homem se realiza, foi elevado, dignificado, passando à categoria de valor social básico.

Mais tarde, porém, com a vitória do liberalismo e, depois, com o advento dos sistemas totalitários, ele decaiu de sua grandeza, sendo rebaixado à condição de instrumento de exploração do homem pelo homem (no liberalismo), e, depois, do homem pelo Estado (nos totalitarismos).

Acuados em sua situação servil, os operários se viram forçados, então, a usar o "trabalho" como uma bandeira para suas reivindicações, e, dessa maneira, aquilo que era um "traço de união" entre os homens passou a ser usado como estandarte de luta de classes:

"Todos os grupos humanos, da família à nação, encontram na permuta de serviços e na harmonia colaboradora a base de sua existência e o segredo de seu progresso. A força punitiva do trabalho é de uma eficiência insubstituível. Foi mister que se obliterasse de todo esta significação da atividade humana, para fazer do trabalho um princípio de divisão entre as classes e um fermento de ódio entre os corações. As doutrinas incapazes de fundar em sólidas bases espirituais a consciência viva da fraternidade não poderão exaltar o aspecto social do trabalho nem contribuir para a paz e a prosperidade de uma civilização" (Leonel Franca) <sup>(37)</sup>.

Classes são dados permanentes da sociedade. Portanto, inerentes à questão social. Não podem, desse modo, ser ignoradas. Existiram, existem e existirão sempre, em qualquer sociedade.

O que não se deve, por antinatural, anti-humano e antipolítico, é fazer da luta de classes um critério desenvolvimentista ou um trampolim para chegar ao paraíso terrestre. Nem, tampouco, permitir-se a privilegiação de uma classe, à base do poder econômico dos grupos que a compõem. Precisamos nos conscientizar de uma verdade essencial: os homens não se identificam pela classe a que pertençam, mas pela sua condição humana. A todos devem ser asseguradas situações que os capacitem ao pleno cumprimento de seu destino, como pessoas e como povo. O que implica reconhe-

(37) Leonel Franca — ob. cit.

cer a necessidade de um processo político em que se procure a harmonia entre as diversas classes, o que há de ser tentado, inclusive, pelo encurtamento das distâncias que separam uma das outras na pirâmide social relativamente às condições gerais de existência.

Tão inadmissível como aceitar a sociedade dividida em classes antagônicas é imaginar uma sociedade sem classes, o que equivale a pretender uma sociedade de uma classe única. Isso seria a negação mesma do homem. Porque o homem, sempre igual a si mesmo, em sua essência, varia ao infinito em suas tendências, em sua saúde, em suas habilitações, em seus sentimentos, em sua capacidade, em sua inteligência, em seus objetivos. Em verdade o homem é, dentro da unidade de sua humanidade, um universo de variedades.

Isso explica a riqueza da vida. A riqueza das criações humanas. A riqueza da sociedade.

A multiplicidade de religiões, de filosofias, de doutrinas políticas e a enorme variedade de bens de consumo ou decorativos, são uma decorrência das necessidades imensamente diversificadas do homem. O que explica, também, a existência de um número cada vez maior de profissões e, conseqüentemente, de camadas sociais cada vez mais diferenciadas.

A religião, a filosofia e a ideologia dos homens condicionam o seu posicionamento social, e não a classe que integram, valendo esta unicamente como um ponto de referência para efeito de equacionamento de problemas específicos, de natureza profissional, mas relacionados com os de outras classes e com a sociedade em si.

Daí a razão da presença de ricos nos partidos trabalhistas e até nos comunistas, bem como a presença de pobres em partidos conservadores e até mesmo nos reacionários.

#### CLASSES, UM IMPERATIVO DA REALIDADE

O homem não vale mais nem menos por ser operário ou professor, advogado ou economista, servidor civil ou militar, negro ou branco, braquicéfalo ou dolococéfalo, católico ou protestante, espírita ou ateu. O seu valor, seja qual for a categoria profissional em que opere, é o valor do homem.

Essa compreensão cristã das coisas é que deve prevalecer na estruturação, ordenação e orientação dos regimes democráticos. Quando tal não ocorre, devam-se a isto as distorções sociais, oriundas de sistemas políticos viciados por concepções doutrinárias sem inspiração filosófica humanista. Ouçamos, ao ensejo, a lição de Alceu Amoroso Lima <sup>(38)</sup>:

“Há, portanto, para as sociedades, toda a vantagem na pluralidade das classes, que representam uma elevação de vitalidade nacional e social. O erro da concepção burguesa da pluralidade de classes foi baseá-la na concorrência livre. O resultado foi o domínio

(38) Alceu Amoroso Lima — *Problemas da Burguesia* — Schmidt Editor — Rio, 1932.

excessivo das classes econômicas e militarmente mais fortes sobre as demais, isto é, da massa burguesa sobre os cristãos e proletários. A filosofia darwiniana da luta pela vida na ordem biológica foi transportada para o terreno econômico, pelo capitalismo, e para o terreno largamente social pelo próprio liberalismo político. De modo que a pluralidade de classes degenerou numa competição desumana de classes.

E diante dos desastrosos resultados dessa competição, surgiram os coletivistas, depois de Marx, com uma oposição categórica a esse **pluralismo** de classes e substituindo-o pelo monismo proletário. E o caminho para chegar a esse monismo proletário era substituir a concorrência livre das classes, da concepção liberal, pela **luta das classes**, núcleo do determinismo histórico materialista.

O erro burguês se completava pelo erro proletário. A competição pacífica, com que os primeiros sonharam, veio a degenerar numa luta armada, que nós vemos organizar-se sabiamente a nossos olhos, pois hoje em dia existe uma ciência da revolução, que é mais um produto dos erros sociais da burguesia e filosóficos dos preparadores medievais, renascentistas e oitocentistas da fase liberal da civilização, que aceitou a revolução política como elemento normal de progresso e por isso mesmo gerou e alimentou a revolução social de que está sendo vítima.

Só a volta à concepção cristã das classes pode permitir a coexistência entre elas, para o bem da sociedade e não para o seu aniquilamento. E a concepção cristã das classes nem é a **competição** burguesa, nem a **luta** proletária e sim **cooperação**. Todo o núcleo da concepção política da sociologia cristã gira em torno dessa cooperação entre as diferentes classes sociais. E a função primordial do Estado, para nós, é justamente a de coordenador das classes entre si.”

Como se vê, liberalismo, militarismo, totalitarismo, tudo isso são sistemas vazios de substância humana, pelo que os regimes políticos neles ancorados geraram uma estrutura econômico-social em que os trabalhadores foram explorados pelos detentores do poder econômico, pela força ou pelo Estado. Esses regimes, desligados de Deus, materialistas, utilitários e imediatistas, puseram na conquista de bens materiais o fim último da atividade laborista. O trabalho deixou, assim, de ser um ato de **realização** pessoal para se constituir apenas em uma maneira de conquistar riqueza.

Na liberal-democracia, no comunismo e nos fascismos o homem ficou restrito ao “homem-econômico”. Mutilado, esvaziou-se. Desumanizou-se.

Todavia, mesmo considerando somente essas conquistas materiais, não podemos hoje separar os trabalhadores (homens) em trabalhadores diretos (manuais) de um lado e indiretos (não manuais) de outro, colocando-os em campos adversos, em compartimentos sociais estanques, em classes inimigas. Porque já se começa a perceber nas sociedades modernas do tipo in-

dustrial que, por força de circunstâncias, o trabalho vai começando a ser focado, necessariamente, em sua globalidade, posto em função dos interesses gerais, tentando-se, por isso, aqui e ali, em sistemas capitalistas em revisão, o seu equacionamento em termos mais equilibrados:

“O governo de sociedades industriais desenvolvidas e em fase de desenvolvimento só se pode manter e garantir quando mobiliza organiza e explora com êxito a produtividade técnica, científica e mecânica à disposição da civilização industrial. E esta produtividade mobiliza a sociedade em seu todo, acima e além de quaisquer interesses individuais ou grupais” (Herbert Marcuse) <sup>(39)</sup>.

Vai-se reconhecendo aos poucos — mesmo em setores tradicionais e até em áreas socialistas — que o trabalho ultrapassa os quadros estreitos da luta de classes, valendo, antes, como um fator de integração e conciliação de classes. E esse, também, o ponto de vista de Carl Oglesby e Richard Shaull <sup>(40)</sup>:

“Um segundo elemento na visão revolucionária da nova sociedade está indicado pela ênfase posta na participação de todos os grupos e classes na vida da comunidade e da nação, e especialmente no processo de tomada de decisões, pelo qual seu futuro será determinado.”

Sem dúvida, o **chão** onde assentam todas as construções humanas é a economia. O desenvolvimento econômico é, pois, essencial ao desenvolvimento global da sociedade, e, portanto, indispensável ao bem-estar de todos e de cada um. Nenhuma estrutura social ou política será estável se não se alicerçar em sólidos pilares econômicos.

### A ECONOMIA É UMA CIÊNCIA MORAL

Repitamos, porém, ainda uma vez: a economia é sobretudo uma ciência moral. Tem, por conseguinte, de ser regulada pelos princípios do bem, que implicam o da justiça e o da equidade.

Dessarte, quando se diz que todas as classes têm de contribuir para o progresso da nação, subentende-se que aos componentes de todas elas deve ser dispensada pelo Estado a atenção devida:

“Em lugar de ser tratado como **objeto** das atenções paternalistas dos detentores do Poder, o homem tem o direito de ser considerado pessoa consciente e responsável, capaz de ser **sujeito** e **agente** no processo do desenvolvimento”, escreve Franco Montoro <sup>(41)</sup>, e completa: “Em síntese, a substituição de **paternalismo** pela **participação** é um imperativo da moderna política econômica e social.”

(39) Herbert Marcuse — *A Ideologia da Sociedade Industrial* — Zahar Editores — Tradução de Glanone Rebué — Rio, 1967.

(40) Carl Oglesby e Richard Shaull — *Reação e Mudança* — Trad. de Egê Malheiros — Paz e Terra — Rio, 1968.

(41) Franco Montoro — *Democracia Que Queremos* — Paz e Terra — Rio — 1974.

A obra nacional é uma obra comum. Dela não se pode alhear nenhum homem, de nenhuma classe. Para isso, no entanto, é preciso que esses homens todos, de todas as classes, estejam convenientemente habilitados para essa missão. Isso será da competência do direito, da economia, da política, mas, principalmente, da moral. Porque só um regime possuído de uma ética humanista poderá valer como uma ambiência favorável à confraternização de idéias e de interesses e à conjugação de esforços visando a fins comuns. Fora daí, teremos a separação dos homens em classes antagônicas, como no liberalismo, ou a submissão de todas as classes a uma única, como no comunismo.

Reconhecer no processo econômico algo fundamental na vida dos povos, mas ordenar esse processo em consonância com os interesses da coletividade e adequá-los aos fins superiores do homem, essa uma tarefa a ser conduzida pelo Estado moderno, que, por isso mesmo, não pode mais ficar "parado", assistindo, como simples expectador, às lutas sociais, nelas não se envolvendo, havendo, antes, de constituir-se em algo concreto e de que os homens possam utilizar-se para atingir os objetivos maiores, isto é, o bem comum. O Papa João XXIII (42), em uma de suas encíclicas, adverte:

"O progresso social deve acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as categorias sociais tenham parte nos produtos obtidos em maior quantidade. É preciso vigiar com atenção e trabalhar eficazmente para que os desequilíbrios econômicos e sociais não cresçam; antes, desapareçam."

Essa **vigilância** e esse **trabalho** competem ao Estado, só este tem forças e condições para fazê-lo.

Impõe-se, por tudo isso, jamais esquecer que a economia, a política, o direito e a moral são ciências que se interpenetram, se influem, se articulam, se reclamam, se completam e se harmonizam, devendo, assim, atuar solidariamente em função da boa organização da sociedade. Essa visão das coisas, nunca é demais lembrar, só podemos tê-la se fiéis a uma filosofia que integre num todo único e harmônico todas as categorias de conhecimento, de todas elas se servindo os homens na busca dos princípios diretores do desenvolvimento social.

Somente a filosofia cristã, que põe no homem o centro da vida terrena, mas põe a Deus como o centro do homem, seria capaz de propiciar uma compreensão assim ampla, profunda e humana da sociedade. E claro se faz, também, que só a democracia integral, inspirada nessa filosofia, pode, como ambiência política, proporcionar condições favoráveis à implantação de uma sociedade desse tipo.

Num regime político democrático e cristão a economia está vinculada à filosofia e esta à moral, pois esta é que indica onde está o mal e aponta onde está o bem.

(42) Papa João XXIII — "Mater et Magistra" — Documentos Pontifícios sobre Questões Sociais — Câmara dos Deputados — Brasília, 1967.

Aceitos esses dados, será possível tentar-se uma organização social do trabalho onde as classes não sejam usadas como critérios de diferenciação e antagonização entre os trabalhadores (“diretos” e “indiretos”...) pois estes, como homens, serão postos acima das classes e, nesta situação, atendidos em suas necessidades. Eis, a propósito, a palavra de Karl Mannheim (43):

“Pues lo mismo que esperamos del economista que nos ofrezca un esquema de economía planificada al que podamos acoplar ciertos principios psicológicos y morales tenidos como válidos, el teórico de la ciencia política debe, asimismo, esforzarse por describirnos las formas concretas de poder exigidas por un orden planificado que no renuncia al control democrático.

Cuando se pide que se nos describa ese cuadro, de modo que en él se tracen las estructuras políticas y económicas en correlación estricta con las actitudes psicológicas y los valores morales que las acompañaron, no se trata de un imposible, lo único que ocurre es que tal cosa va en contra de nuestros hábitos mentales tradicionales, según los cuales la estructura social y la psicología se mantienen en compartimientos estancos. Pero si es posible decir, con tal de que se conozcan las reglas del juego — como en el fútbol, a jérez etc. — cuál de ellos fomenta la cooperación, la competencia individual, el espíritu de equipo o la agresividad desenfranaada etc., tiene también que ser posible predecir con una cierta dosis de probabilidad cuáles son las virtudes y las actitudes psicológicas que se requieran para el funcionamiento de una sociedad democrática y hasta qué punto la planificación vendrá a complicar toda esa realidad.”

Nos sistemas liberal e totalitários seria impossível chegar-se a esse entendimento orgânico e integral da sociedade. Porque o homem, no liberalismo, restringe-se ao **indivíduo** e, nos totalitarismos, à massa. Donde uma visão estreita e mesquinha do trabalho, que, na democracia cristã, é conceituado como ato humano essencial, específico e intransferível, pois ato pelo qual o homem se realiza. Ainda aqui, cabe invocar Karl Mannheim (44):

“Y así como es imposible a la larga la humanización de las relaciones de trabajo y ocio dentro de un sistema ditatorial, en donde el modelo de la relación de orden de mando y obediencia se infiltra por todas as partes, tampoco cabe humanizar las relaciones de fábrica mientras continúe como base del cálculo la ganancia monetaria en vez del bienestar social.”

Não tem cabimento, portanto, pretender-se a abolição das classes, nem o domínio de qualquer uma delas. O governo não deve ser deferido à bur-

(43) Karl Mannheim — *Diagnóstico de Nuestro Tiempo* — Versión española de José Medina Echaverría — Fondo de Cultura Económica — México, 1946.

(44) Karl Mannheim — ob. cit.

guesia, nem à aristocracia, nem ao proletariado. É de se observar, aliás, que, mesmo quando, nos diferentes tempos históricos, prevalecem no poder grupos representativos dessa ou daquela camada social, em verdade não se verifica o governo de uma classe, que jamais teria condições de impor-se inteiramente às demais. É que no governo sempre se projetam, de algum modo, tendências, necessidades, sentimentos e aspirações de todas as camadas sociais, pois o desatendimento total dos interesses de qualquer delas levaria a reações, choques e crises a que nenhum poder resistiria. Como diz Benedetto Croce (45):

“Para explicar as ações e os acontecimentos políticos, basta apresentar como classe dominante ora a dos proprietários de terra, ora a dos industriais, ora a dos banqueiros, ora a da burguesia das profissões, ora a dos operários da cidade ou a dos camponeses.

Mas, na realidade, nenhuma dessas classes, como tais, jamais dominou, e nenhuma poderá jamais dominar, porque há uma legítima e verdadeira heterogeneidade entre atender a interesses particulares e econômicos, ou procurar protegê-los, e o governo da sociedade. Para este mister é preciso que os fatos econômicos sejam rebaixados a simples matéria de governo, e acima deles surja uma finalidade de governo, que será sempre um ideal ético, mais alto ou mais baixo, mais cultivado ou mais rude, mas um ideal e não um interesse econômico. Ainda nos piores momentos da história, ainda nos Estados mais convulsionados e pior orientados, este ideal aflora e domina. A verdadeira classe dominante política é a classe dirigente, com os seus conceitos religiosos, filosóficos, morais, quaisquer que sejam.”

Seja como for, entretanto, o que se quer é que todos os homens, independentemente das classes em que se posicionem, tenham o seu trabalho reconhecido como uma contribuição efetiva para a obra de construção do edifício social.

É por isso necessário que não se permita a transformação do homem em uma mercadoria, como sucede no regime liberal, nem a sua subordinação a mitos (Classe, Raça, Estado etc.) como nos regimes totalitários; que não se coloquem os interesses individuais ou grupais acima dos coletivos; que não se sufoquem os legítimos anseios da pessoa humana; que não se atomize a sociedade; que não se invertam os valores; que não se desumanize o homem nem a sociedade.

## ESTADO: INSTRUMENTO DE EDIFICAÇÃO NACIONAL DOS POVOS

Compreendido o Estado como um instrumento de realização nacional dos povos (e é assim que se deve compreendê-lo, pois só assim ele se justifica, e não como um mito, um valor absoluto) ninguém de boa fé poderá

---

(45) Benedetto Croce — *Orientações* — trad. de Miguel Ruas — Athenas Editora — Rio.

mais discutir a necessidade de sua **presença** em todas as áreas da atividade humana. Para, justamente, evitar a exploração do homem pelo homem (liberalismo), ou o esmagamento do homem, pela sua massificação ou escravidão a mitos (comunismo, fascismo, nazismo).

O Estado assim conceituado não é um Estado ausente, não é um Estado omissivo, não é um Estado passivo, não é um Estado neutro. Nem, tampouco, um Estado onipotente. Mas é um Estado onipresente e se fará valer sempre, com maior ou menor vigor, quando se tentarem procedimentos políticos, sociais ou econômicos desviados dos reais interesses humanos, que lhe cumpre exprimir e defender.

Esse Estado é o Estado democrático. Nele há um lugar para todos os homens. Nele os trabalhadores, "diretos" ou "indiretos", são vistos e tratados como seres humanos. Com direitos e deveres equivalentes. Sem privilégios, sem favores, sem paternalismos. Nesse Estado dá-se ao homem o que é do homem. E o trabalhador, sendo homem, é como tal situado e considerado. Assim, nesse Estado, ele não recebe apenas as migalhas que sobram dos banquetes dos privilegiados, que estes, por sinal, não existem nele, onde todos os homens são iguais.

A busca desse Estado é um imperativo da consciência humana. Por isso, há que volver às raízes cristãs da sociedade. Esta tem de ser estruturada segundo o princípio do amor ao próximo. Só então se poderá falar em sociedade humana. Em democracia. E, então, os trabalhadores terão reconhecidos e assegurados os seus direitos.

"Até hoje, escreve Miguel Reale (46), a assistência social tem-se verificado como uma verdadeira dádiva feita pelo Estado ou pelas classes abastadas em benefício dos que nada possuem. É preciso abandonar, de uma vez para sempre, semelhante maneira de encarar o fenômeno, afirmando, desde logo, como princípio fundamental, que o Estado legisla em matéria social, não por misericórdia ou para encobrir os males decorrentes da organização capitalista mas sim porque reconhece o **direito e o dever do homem ao trabalho** e, por conseguinte, o direito que cada qual tem de viver **como homem**. Não se deve falar, pois, em caridade apenas, mas também em justiça, que é caridade armada, provida de meios eficazes para a própria atuação.

Cumprir não esquecer que não é suficiente a **legislação social**. O problema é muito mais complexo e não admite soluções parciais. Temos que sair dos quadros da economia capitalista, que está fundamentada no princípio da livre concorrência e redundante no predomínio dos agiotários internacionais, no regime em que a economia de um povo fica nas mãos dos capitães de indústria. Devemos entrar francamente na esfera da produção, regulando os salários em conformidade com os preços, estabelecendo, isto é, a **Economia**

(46) Miguel Reale — O Estado Moderno — Liv. José Olímpio — Rio — 1934.

**dirigida** que a Nação está exigindo. E não é só. Impõe-se a organização das classes produtoras para defesa real de seus direitos.”

Tudo isso nos leva à convicção de que precisamos assumir uma atitude vigilante em relação aos que, volta e meia, ostensiva ou sub-repticiamente, investem contra a intervenção estatal. Essas investidas, sempre suspeitas, partem de indivíduos e grupos privilegiados, remanescentes afortunados do mundo liberal clássico, já em fase de desaparecimento, e valem como gritos de desespero de uma sociedade que não quer morrer mas que está, queiram ou não, em seus últimos estertores.

É necessário que o Estado intervenha. Aliás, está intervindo, e vai intervir sempre. E não somente para combater os comunistas. Para lutar, também, contra os capitalistas exploradores. Ou melhor: para revolucionar a sociedade, estruturando-a em bases humanas. E, no que diz respeito à organização do trabalho, o Estado, como prega Miguel Reale (47), “deve fazer tudo para que os indivíduos bastem a si mesmos, tornando desse modo a Assistência Social uma exceção. Já é tempo de se abandonar a série larga e vergonhosa dos paliativos para curar com remédios radicais o organismo social doente”.

Para chegar a esse entendimento, teremos de alcançar a democracia cristã, e, nesta, repisemos, a economia há de estar subordinada à política e esta à moral: “A primazia da política sobre a economia foi sempre uma realidade”, nota Franz Neumann (48) e prossegue: “numa democracia o poder político tem que ser racionalmente empregado, não somente de forma negativa para refrear o poder social privado como também positivamente para garantir uma existência real decente”. Essa existência **decente** é a moral que indica.

O elemento econômico é essencial à boa estrutura de qualquer sociedade, em qualquer regime. Influi, inclusive, no comportamento humano. Projeta-se, portanto, até no âmbito da moral:

“Com um estômago cheio até mesmo a liberdade pessoal é melhor defendida e a salvação espiritual melhor buscada. Em uma sociedade pobre, o econômico não é tudo na vida, mas, na prática, é a melhor parte dela” (John Kenneth Galbraith) (49).

Esses fatos nos conduzem a um regime político teleológico. Ora, quem dá os fins é a filosofia, pois só ela explica as causas, a natureza, a razão de ser e o destino das coisas.

No caso, há que se adotar a filosofia cristã e nela esculpir o sistema político. Porque o cristianismo não é apenas uma religião. É, também, uma filosofia. É um caminho social. É uma opção de vida. É um rumo político.

(47) Miguel Reale — ob. cit.

(48) Franz Neumann — *Estado Democrático e Estado Totalitário* — Tradução de Luiz Corção — Zahar Editores — Rio, 1969.

(49) John Kenneth Galbraith — *O Novo Estado Industrial* — Trad. de Álvaro Cabral — Civilização Brasileira — Rio — 1968.

Dentro desse entendimento, sabemos para onde seguir. E sabemos que, para seguir o caminho certo, precisamos do Estado, que, informado nos ensinamentos cristãos, há de assumir a direção da sociedade. Mas, que rumos são esses, que vamos tentar? Hilaire Belloc <sup>(50)</sup> assim os define:

“Evidentemente, resultaria imposible arribar a algo concreto sin hacer el plan o el esquema de nuevas instituciones. Decirle al enfermo que tenga paciencia, no implica curar su enfermedad.

Continuar permaneciendo en los marcos de la antigua estructura social es evitar al desastre. Cómo han de ser las nuevas instituciones, las nuevas concepciones que han de crear y guiar esas instituciones; quién será el reformador, consciente de que el comunismo significa la muerte, que proponga un remedio eficaz para curar la enfermedad del mundo moderno?

Los tres grupos principales de la reforma son: primero, una distribución mejor de la propiedad; segundo el control público de los monopolios; tercero, el restablecimiento de aquellas organizaciones y principios que sustentan el concepto de la Corporación.”

No que tange à distribuição melhor da propriedade, devemos entendê-la como uma mais efetiva e equânime participação de todos (logo dos trabalhadores) nos bens da cultura e da civilização.

Relativamente ao controle público dos monopólios, isto significa reconhecer que o Estado deve estar atento ao processo econômico da produção, circulação e consumo de riquezas, a fim de evitar a exploração do homem pelo homem.

Quanto aos princípios e organizações de cunho corporativista, tomamos, na espécie, como pontos de referência para tentar algo que articule, irmane e dinamize solidariamente as instituições obreiras.

De qualquer modo, urge nos convenceremos de que a economia não é uma ciência natural, mas social, e que as relações de trabalho, inerentes ao processo econômico, podem e devem ser disciplinadas e orientadas segundo objetivos humanos definidos:

“Está claro agora que o domínio econômico não é uma misteriosa ordem da natureza a que podemos deixar seguir seu próprio caminho; é simplesmente uma daquelas estruturas que uma comunidade pode usar para os fins que determina. Com os recursos agora à nossa disposição, a pobreza material que ainda existe é um mal que não podemos mais tolerar” (Carl Oglesby e Richard Shaull). <sup>(51)</sup>

---

(50) Hilaire Belloc — *La Crisis de Nuestra Civilización* — Traducción de Carlos María Reytes — Editorial Sudamericano — Buenos Aires, 1941.

(51) Carl Oglesby e Richard Shaull — ob. cit.

Temos, agora, elementos técnicos, materiais e políticos com que reformar as estruturas da organização social do trabalho. Faltam, porém, para tanto, as condições morais, mas estas nós encontraremos no cristianismo, onde está aquele humanismo autêntico em que fincar as bases da democracia que procuramos e que será a grande revolução por todos sonhada.

A inteligência humana, que inventou a bomba atômica e levou o homem à lua, é perfeitamente capaz de construir uma sociedade onde não haja tanta miséria e tanta injustiça. O que falta é uma ética. Se esta existisse, a energia atômica não teria sido usada para destruir Hiroshima e Nagasaki. Mesmo porque não teria sido possível Pearl Harbour... A inteligência humana não teria sido dirigida para o mal, para a traição, para a mentira, para a guerra, mas para a paz.

Respeitantemente à organização social do trabalho, o mesmo acontece. As desigualdades existem. São gritantes as injustiças. Por quê? Porque o egoísmo é a lei, mesmo nas relações entre trabalhadores catalogados em uma mesma classe. A concorrência desleal entre advogados, médicos, engenheiros, empresários, comerciantes, artífices e até entre modestos profissionais (eletricistas, bombeiros, carpinteiros, motoristas etc.) demonstra que nada se conseguirá de bom, também no setor social, se o regime político que emoldura a vida coletiva não estiver possuído de um sentimento realmente humano, que só o cristianismo pode proporcionar.

Não estamos apelando para a religião. É que as encíclicas papais nunca falam só de coisas contemplativas. Descem quase sempre à terra e se dirigem aos homens de boa vontade, governantes e governados. Ainda agora, em Puebla, no México, a Igreja Católica esteve presente, criticando situações terrenas e indicando caminhos terrenos para o homem. Porque o cristianismo, além de uma religião, é, também uma filosofia de vida, capaz, por isso, de implicações políticas, sociais e econômicas.

O essencial, portanto, é que os homens se convençam dessas verdades. Sobretudo, das excelências do regime democrático cristão. Conscientizem-se dos seus princípios. E se tornem apóstolos, também, dessa democracia, propagando-a, pugnando por ela, sofrendo por ela, vivendo por ela, morrendo por ela. Como faziam os cristãos pelo cristianismo. Como fizeram os comunistas russos pelo comunismo. E os nazistas pelo nazismo. O certo, como sentenciava Amory Bogardus<sup>(52)</sup>, é que "a solução democrática de problemas exige pensamento democrático".

Dessa maneira, a conquista dessa democracia só será possível quando os homens a tiverem conquistado em sua consciência. Quando se convencerem de que ela é condição **sine qua non** do bem-estar social. Caminho único da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens. Só depois dessa "absorção" espiritual da democracia pelos homens, poderá ela ser **projetada**, em termos concretos, no plano político. Transmutando-se, de **ideal em real**.

(52) Amory S. Bogardus — *A Evolução do Pensamento Social* — Editora Fundo de Cultura S.A. Brasil—Portugal — Trad. de Rui Jungmann — 1965.

Não podemos, no entanto, olvidar que a transformação da democracia de **potência** em **ato**, isto é, a cristalização dos ideais democráticos em vivências sociais, só pode ser levada a cabo através do Estado, sem o qual nenhum sistema político se efetiva. Só que o Estado, na hipótese, há de ser colocado em sua real posição de coisa a serviço dos homens, de instrumento que os homens usam para “construir” a sociedade nacional. Isso supõe, é claro, princípios, razões e fins, que só uma filosofia pode propor. A democracia cristã tem um conteúdo filosófico. Tem, pois, enraizamento e propósitos. É casuística e teleológica. Parte do homem, se faz com o homem, pelo homem e para o homem. Mas o homem-pessoa. Feito à imagem de Deus. O que significa que a sociedade democrática cristã é igualitária, fraterna, solidária. Assim, conscientizando-se os homens dos valores dessa democracia e buscando, pelo Estado, efetivá-la, terão encontrado o caminho de seu destino natural. Pois a finalidade suprema do Estado, como diz Almir de Andrade <sup>(53)</sup> “é, exatamente, a de garantir à totalidade dos homens os benefícios de uma economia bem distribuída, de uma justiça imparcial e de uma máquina política suficientemente ativa e eficaz, para promover o aumento da riqueza, a conquista progressiva da felicidade material, moral e espiritual de todos, e de cada um individualmente”.

Assente essa compreensão do homem, do Estado e da política, entendido que a democracia verdadeira e desejável é a cristã e bem definido o papel histórico do Estado na formação, controle e desenvolvimento das sociedades humanas, cumpre, agora, penetrar mais diretamente no problema da produção, eixo em torno do qual gira a organização social do trabalho.

## CAPITAL E TRABALHO

Começemos pela análise do capital, elemento básico na economia. Dizer isso é um truísmo. Mas é necessário deixar bem claro que o capital é uma realidade intransferível e irreversível, intrínseca do processo de produção, logo, do desenvolvimento. Nenhum homem e nenhuma sociedade, em tempo algum e em nenhum regime, poderia dispensá-lo. O capital é, portanto, um fator fundamental de progresso e de promoção do bem comum. Um elemento essencial à vida.

Igualmente, o trabalho é, na promoção de riquezas, um elemento indispensável. Sem ele, o capital se apassiva. Torna-se estático. De nada vale. É o trabalho que o dinamiza e o torna produtivo. Mas, o trabalho é o homem. E o trabalho será tanto mais produtivo quanto mais capaz for o homem. E tanto melhor usará o homem o capital quanto melhor for a sua formação moral.

No relacionamento entre o trabalho e o capital está o selo que marca o processo de desenvolvimento econômico, social e político. A qualidade desse relacionamento é que determina a qualidade da correspondente organização social.

(53) Almir de Andrade — *Capital nos Sistemas Econômicos* — Editora Rio — 1973.

No liberalismo econômico, versão política de uma concepção do mundo individualista, agnóstica, utilitária e imediatista, o regime capitalista redundou na privilegiação de indivíduos e grupos, em sacrifício das maiores. Retrato do sistema:

“Uma população marginalizada em atividades marginalizadas são características permanentes e estruturais da forma capitalista de produção” (Vilma Figueiredo) <sup>(54)</sup>.

No regime comunista, como também já vimos, o trabalho, concebido como um fim em si, transformou-se em um mito e o homem foi, igualmente, aniquilado, pois o trabalhador, demitido de sua dignidade de pessoa, desceu à simples condição de máquina de produção.

No sistema liberal o capital deixou de ser um elemento propiciador de riqueza coletiva e de expansão e valorização do trabalho, perdeu sua função social, tornou-se mero instrumento de dominação pelos grupos que o detinham.

O indivíduo, na filosofia liberal, era o grande valor. E o capital foi posto a seu serviço. O egoísmo foi, então, a tônica das relações entre o capital e o trabalho. Porque o indivíduo, centro do mundo desligou-se de Deus. Disso resultou o enriquecimento de poucos e a miséria e o sofrimento de milhões de seres humanos. Na sociedade liberal o trabalho era um fardo pesado de carregar. Tal como no antigo mundo pagão.

O Estado liberal-democrata, inspirado nessa filosofia agnóstica e individualista, situou-se como simples guardião da “ordem” existente, garantindo, por sua omissão, um deplorável e desumano estado de coisas. Deixando os homens entregues à própria sorte. As “leis” da natureza, eternas e irrevogáveis... dentre elas a “livre concorrência”, que, aplicada entre forças desiguais, resultou no primado dos “tubarões”, que devoraram os “peixes pequenos”...

Podre, o mundo “liberal” ruiu. Entrementes, o mundo que se propôs substituí-lo — o comunista — não estava menos manchado de vícios.

Ao individualismo hipertrofiado do liberalismo clássico sucedeu o coletivismo absolutista do comunismo. E, se, no liberalismo, o Estado, abster-se, olvidou o homem, no comunismo o homem foi lembrado, mas para ser esmagado pelo Estado onipotente.

O homem-trabalhador, explorado pelo homem-patrão no liberalismo, passou a ser explorado pelo Estado, no comunismo. Houve, no caso, uma simples troca de patrão.

O problema do trabalhador não foi resolvido nem no regime liberal, nem nos regimes totalitários. Porque, em verdade, não existe problema “do trabalhador”. O que existe é o problema do “homem”, seja ele tra-

(54) Vilma Figueiredo — Desenvolvimento Dependente Brasileiro — Zahar Editores — Rio, 1978.

balhador nas fábricas, nos campos, nos quartéis, nos escritórios, nas repartições, nos templos, na terra, no mar ou no ar.

O que faltou à organização social na sociedade liberal, faltou à organização social comunista: uma compreensão humana do trabalhador. Mais objetivamente: o trabalhador manual (direto) não teve a sua situação substancialmente modificada, ao trocar-se o Estado liberal pelo Estado comunista. Almir de Andrade <sup>(55)</sup> viu o fenômeno em profundidade:

“O Estado comunista eliminou completamente a figura do capitalista, que desapareceu do quadro econômico. Entretanto, quanto mais progride a técnica, mais insignificante é a parcela do tempo de trabalho em que o operário trabalha para si e mais aumenta aquele tempo “extra” que Marx chamava “sobre-trabalho” e que iria constituir a “mais-valia” para dar lucro ao capitalista. Mas como, se já não há mais capitalista para quem se trabalhe, nem capitalista para explorar o proletariado? É que, agora, o Estado assumiu o lugar do capitalista; agora os lucros vão todos para o Estado, e, a título de “reservas sociais”, a mesma quantidade de riquezas que o capitalismo acumulava no regime da propriedade privada dos meios de produção continua a ser acumulada pelo Estado comunista. Economicamente, a razão capital-trabalho permanece análoga; na realidade nua e crua, o capital apenas mudou de mão e a “mais-valia” persiste com outro nome: é agora o “produto suplementar”, oriundo do “trabalho suplementar”, através do qual o operário não mais trabalha para si, nem para a sua família, nem para as suas necessidades pessoais, mas para a sociedade, isto é, para o **capital**, que agora a sociedade enfeixa nas mãos.”

E completando <sup>(56)</sup>

“... nem tudo o que operário produz lhe é pago em salário; o salário abrange apenas aquela parcela de esforço que se considera como **trabalho necessário** na terminologia marxista, isto é, que atende às necessidades de subsistência e às especializações técnicas do trabalhador; o resto é acumulado pelo Estado, para formar as reservas imprescindíveis à própria produtividade do trabalho.”

Como se vê, aplicando-se a própria teoria marxista, vemos que o trabalhador, no regime comunista, permanece “um explorado”, continuando o capitalista (agora o Estado) a “apropriar-se” do seu trabalho...

Em verdade, porém, o que há, na espécie, é um mero jogo de palavras.

Todos os homens trabalham e do “trabalho” de todos o Estado “se apodera” em parte, em forma de impostos, taxas, descontos, empréstimos

(55) Almir de Andrade — ob. cit.

(56) Almir de Andrade — ob. cit.

compulsórios, obrigações etc. Isso ocorre tanto no Estado capitalista quanto no Estado comunista.

Há que se entender, em definitivo, que o problema das relações entre o capital e o trabalho, para ser resolvido satisfatoriamente, tem de ser deslocado da área econômica para a área política. Porque é um problema de organização social. Um problema humano. E a economia obedece às leis dos homens. E estes governam pela política. Pelo que esta tem de possuir uma finalidade, o que supõe uma ética, tudo isso girando dentro e em torno de uma filosofia:

“O problema das relações entre o capital e o trabalho não pode solucionar-se no terreno econômico. Decidir nas mãos de quem há de ficar o capital é decisão filosófica e sociológica; acima de tudo, é decisão política. Não é possível tomá-la sem injetar, na conceituação dos valores econômicos, valores éticos e sociais que terão de ser definidos fora do âmbito da ciência econômica. E como todos os valores sociais e éticos, só se podem elaborar com a apreciação conjunta de condições atuais e de condições históricas” (Almir de Andrade) (57).

## POLÍTICA E FILOSOFIA

A solução para os conflitos entre o trabalho e o capital está, assim, intimamente vinculada à filosofia em que se enraizar o regime político em que esses conflitos se verifiquem, pois essa filosofia marcará, também, a organização social nesse regime político.

A meta a atingir é a democracia integral, único sistema político capaz de refletir uma ambiência existencial em que os homens, como pessoas e em conjunto, como coletividade, podem encontrar condições de pleno desenvolvimento.

Essa democracia, humana em sua substância, em seus fundamentos e em seus objetivos, é a democracia cristã, pois só o cristianismo viu o homem na integralidade de suas forças e, sendo embora uma religião, é também uma filosofia, e, como filosofia, comprometido na explicação e na condução dos homens no plano das realidades terrenas. O caminho cristão é, assim, o caminho a seguir também no mundo político, logo, no social e no econômico. Ainda aqui foi límpida a visão crítica de Almir de Andrade (58):

“No que diz respeito propriamente à ordem econômica e à solução dos conflitos entre o capital e o trabalho, qualquer que seja a orientação doutrinária — filosófica e política — dos que lideram, deste ou daquele modo, as manifestações da vontade popular, acre-

(57) Almir de Andrade — ob. cit.

(58) Almir de Andrade — ob. cit.

ditamos sinceramente que se poderão inspirar, sem qualquer compromisso de outra natureza, nos elevados princípios de respeito à pessoa humana e à dignidade do trabalho, e, ao mesmo tempo, de equilíbrio e de concórdia, de eqüidade e de justiça, que se caracterizaram na síntese magistral da Encíclica **Mater et Magistra**, lançada em 1961 pelo Papa João XXIII. Do ponto de vista da participação do Estado na vida econômica, da regulamentação das relações entre o capital e o trabalho, e, especialmente, na explicação e justificação da coexistência dessas duas instituições econômicas com a propriedade privada dos meios de produção e com a atribuição conjunta dos bens de capital ao Estado e aos indivíduos, a doutrina social da Igreja Católica constitui um modelo de bom senso, de visão política, de superioridade moral e espiritual, de harmonia e equilíbrio dos antagonismos sociais e de preparação das inteligências para as perspectivas ainda incertas de uma sociedade futura, onde as dificuldades serão menores e a distribuição das riquezas mais eqüitativa e humana.”

Por sinal, o Papa João Paulo II <sup>(59)</sup>, em síntese magistral, apontou aos homens a estrada a palmilhar.

“Não temais, abri de par em par as portas a Jesus Cristo. Abri ao seu poder salvador as portas dos Estados, os sistemas econômicos e políticos, os extensos campos da cultura, da civilização e do desenvolvimento.”

O comunista, ao querer substituir no poder a classe burguesa pela classe operária, aceita (conquanto, teoricamente, em caráter provisório) o governo de uma classe, o que na prática, e segundo a sua própria teoria, significa o domínio do homem pelo homem, eis que o proletariado substitui-se ao capitalista como senhor todo poderoso (pelo menos até que seja possível uma sociedade sem classes...).

Tudo isso porque, para o comunista, o trabalho foi conceituado como um fim em si. Para, tão-somente, produzir bens materiais. Viu-se no trabalho apenas o seu teor econômico. A produção ficou sendo a medida do valor do homem. E o homem virou uma máquina de fazer coisas. A economia “matou” o homem.

Por isso, o cristianismo, condenando o liberalismo econômico (que criou uma sociedade escravocrata, onde o trabalho foi desnaturado e o trabalhador reduzido a simples mercadoria) condena, igualmente, o marxismo, que concebeu o trabalho não como um meio a serviço de um fim, não como um instrumento pelo qual o homem cria valores e neles se recreia, mas como um fim em si mesmo, pelo que o homem, cujo destino transcende das coisas, decaiu de sua dignidade, desumanizou-se, transformando-se em coisa...

(59) Papa João Paulo II — Discurso inaugural de seu Pontificado.

## O CAMINHO A SEGUIR

Na democracia cristã não se pensa em classe, pensa-se no homem. As classes sempre existirão, como decorrências vocacionais do homem. Mas não serão consideradas mais do que simples indicadores de categorias profissionais. Jamais valerão como elemento qualificador do ser humano. Porque os homens se ligam, pelo trabalho, acima das classes. Estas são meras parcelas do conjunto nacional, onde todos precisam de todos. Onde os diferentes tipos de trabalho se confundem no trabalho coletivo, soma integrada das atividades de todos os trabalhadores. Jacques Maritain <sup>(60)</sup>, versando o tema, teceu essa apreciação notável:

“Censura o cristão ao marxista uma falsa concepção, a um tempo materialista e mística, do trabalho, censura-lhe não ver no trabalho senão o esforço produtivo, transformador da matéria e criador de valores econômicos, e dele fazer doutro lado, não somente, o que é verdade, uma alta dignidade, porém a mais alta dignidade para o ser humano, até mesmo sua essência. E censura também ao marxista uma falsa concepção do conflito das classes. Que as classes existem, e sem unidade orgânica entre si, e que estejam desde então em conflito (fato este devido à estrutura capitalista) e que seja preciso superar este conflito — sobre tudo isto concordam o cristão e o marxista. Como superar este conflito? Para um marxista, por uma guerra carnal que constitui o proletariado em cidade militar, em Jerusalém da Revolução voluntariamente separada da comunhão do resto dos homens, e arrasando, aniquilando a outra classe.

Para o cristão, por uma guerra espiritual, e por uma luta social e temporal que deve ser empreendida por todos aqueles que um mesmo ideal humano reúne, e no próprio provimento da qual o referido conflito já está superado.

Para o cristão, o que faz o liame e a unidade dos que devem trabalhar por uma renovação temporal do mundo, e primeiramente — a qualquer classe ou nação a que pertençam — uma comunidade de pensamento, de amor e de vontade, a paixão de uma obra comum a realizar, e esta comunidade não é material-biológica como a da raça, ou material-sociológica como a da classe, mas verdadeiramente humana. Aqui é transcendida a idéia de classe, a idéia de proletariado.”

E <sup>(61)</sup> mais:

“Se o proletariado pede para ser tratado como uma pessoa maior, por isto mesmo ele não tem que ser socorrido, melhorado ou salvo

(60) Jacques Maritain — *Humanismo Integral* — Tradução de Afrânio Coutinho — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942.

(61) Jacques Maritain — *ob. cit.*

por outra classe social. É a ele, ao contrário, e a seu movimento de ascensão histórica, que incumbe o papel principal na fase próxima da evolução. Não é, todavia, retraindo-se do resto da comunidade para exercer uma ditadura de classe, como o queria o marxismo, que os povos operário e camponês estarão aptos a desempenhar esse papel inspirador e renovador. É, ao contrário, organizando-se e se educando, tomando consciência de suas responsabilidades na comunidade, e unindo à sua ação todos os elementos, qualquer que seja a classe a que pertençam, decididos a trabalhar com ele para a liberdade humana.”

O Brasil, nesse setor, é uma esperança. É verdade que sofremos intensamente a influência da doutrina liberal. A Revolução Francesa ainda está presente na cabeça dos nossos liberais como a Grande Revolução... Por outro lado, o marxismo ainda motiva algumas áreas de nossa sociedade. Finalmente, o fascismo por aqui andou, disfarçado em roupagens indígenas e deixando por estas plagas alguns remanescentes que por aí ainda perambulam como fantasmas à procura de reencarnação...

A verdade, contudo, é que o Brasil nasceu sob o signo da cruz. E que a nossa formação se fez, por isso, dentro das circunstâncias, em termos favoráveis à democracia — brancos, negros e índios se entrosando e se miscigenando, senhores e escravos convivendo quase familiarmente em numerosas casas grandes, portugueses e nativos se ajustando, todos se unindo na fé em Cristo.

Isso explica, em parte, o motivo por que os grandes acontecimentos históricos aqui aconteceram de maneira quase pacífica: a queda da monarquia, a proclamação da república, a abolição da escravatura, o movimento de 1930, quedas e substituições de governos, a grande revolução social de Vargas.

O certo é que temos uma sociedade de classes abertas. Temos, sobretudo, um espírito aberto. Porque cristão. Numerosos banqueiros brasileiros começaram como “mensageiros”. Muitos gerais procederam de humildes lares. Grandes empresários foram empregados em suas empresas. Fazendeiros abastados começaram como lavradores em suas fazendas. Diretores de repartições públicas de hoje são filhos ou netos de antigos contínuos ou motoristas. Modestos servidores comparecem, atualmente, em grande número, a solenidades de colação de grau, em Universidades, para assistir à formatura de seus filhos e netos. Crianças nascidas em favelas enriquecem jogando futebol, cursam escolas de Educação Física e acabam técnicos ou empresários. O negro já está sendo aceito como diplomata. Nas novelas de televisão são numerosos os artistas de cor. Há barbeiros se elegendo prefeitos de importantes cidades, antigos marinheiros são eleitos para o Parlamento. E assim por diante.

Tudo isso acontece, evidentemente, de modo eventual e excepcional. Mas acontece. Vale como uma semente. Que já germinou, cresceu, está começando a florir e frutificará nos tempos vindouros. Pois revela que a

nossa sociedade admite e possibilita esses fatos. Fatos que são próprios de uma sociedade formada nos princípios humanistas do cristianismo.

O que falta é, sem fugir às realidades históricas, antes sempre firmados nelas, coordenar esses fatos dentro de um sistema e de acordo com os princípios da democracia cristã. Esta democracia é que temos de procurar. Nossa formação histórica, étnica e religiosa, nos facilita alcançá-la. E, quando a alcançarmos, teremos resolvido a questão social.

Embebidos dos preceitos cristãos, estaremos capacitados para nos conscientizarmos do valor dessa democracia e habilitados a transformar em vivências sociais, políticas e econômicas, suas imensas potencialidades humanas.

É aí, nessa compreensão cristã do mundo, que se encontra a chave com que abrir aos povos um futuro arejado, seguro e feliz. Esse entendimento é imprescindível à grande revolução social que temos a empreender, essencial ao desenvolvimento da sociedade em termos de justiça e fraternidade. Como lembra Benedetto Croce <sup>(62)</sup>:

“Qualquer que seja o esquema daquilo para onde o mundo vai, esse esquema será preenchido por homens, e será real somente nos pensamentos, nos sentimentos e nos atos de homens, e terá a realidade que eles lhe derem, sendo tanto melhor quanto melhores forem aqueles homens. Não vos preocupeis, pois, em pensar sobre aonde vai o mundo, mas sim onde deveis caminhar para não pisar cnicamente a própria consciência, para não envergonhar-vos de vós mesmos.”

A estrada a seguir, sabemos qual é: a do solidarismo cristão. A democracia integral.

Os pessimistas, os céticos, os indiferentes e principalmente os “interessados” no estado de coisas vigente, dirão que isso é uma utopia, que o homem está condenado, sem salvação, pelo pecado original, e que o mundo, por isso, continuará sendo como é...

Olhando, porém, para a história, colhemos ensinamentos que nos permitem acreditar em “milagres”...

Os acontecimentos que se vêm desenrolando nos quatro cantos da Terra valem como um sinal de alerta. Os homens estão despertando para um mundo novo. A verdade, como proclama Barrows Dunham <sup>(63)</sup> é que “a espécie humana, que aboliu a escravidão e a servidão, não pode ser submetida eternamente ao controle de todo o seu destino social. Pode parecer uma fábula e um sonho utópico, mas sonhos muito mais fabulosos e utópicos já se transformaram em realidade. Os sonhos que os homens têm quando dormem são fragmentários e confusos. Os sonhos que os homens têm quando estão despertados transformam-se na substância de um mundo”.

(62) Benedetto Croce — ob. cit.

(63) Barrows Dunham — *O Homem contra o Mito* — Trad. de F. Guimarães — Civilização Brasileira S.A. Rio, 1960.